

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
Programa de Pós-graduação em Filosofia

GENEALOGIA DO PODER EM
MICHEL FOUCAULT: DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE

André Militão de Lima

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
Programa de Pós-graduação em Filosofia

GENEALOGIA DO PODER EM
MICHEL FOUCAULT: DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia, da Universidade São Judas Tadeu, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Filosofia por André Militão de Lima.

Orientador: Prof. Dr. Tomás Mendonça da Silva
Prado

São Paulo
2015

**Ficha catalográfica elaborada
pela Biblioteca da Universidade
São Judas Tadeu**

Bibliotecária: Daiane Silva de Oliveira -
CRB 8/8702

L732g Lima, André Militão de
Genealogia do poder em Michel Foucault: dispositivo de
sexualidade / André Militão de Lima. - São Paulo, 2015.

103 f. ; 30 cm.

Orientador: Tomás Mendonça da Silva Prado.
Dissertação (mestrado) - Universidade São Judas Tadeu, São
Paulo, 2015.

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Genealogia. 3. Poder
(Filosofia). I. Prado, Tomás Mendonça da Silva. II. Universidade
São Judas Tadeu, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Filosofia. III. Título

CDD 22 - 306.2

Com efeito, o interessante é saber como, em um grupo, em uma classe, em uma sociedade, funcionam as malhas do poder, ou seja, qual é sua localização de cada um na rede do poder, como ele se exerce de novo, como ele o conserva, como ele o repercute

Michel Foucault, **As malhas do poder**

Aos meus pais, Anésio e Sueli, exemplo de vida e incentivo.

À minha esposa Karoline, pela paciência e simplicidade.

Ao meu filho Martin, motor de inspiração.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Tomás Mendonça da Silva Prado, pela orientação, paciência, dedicação em suas orientações e sempre com muito rigor e objetividade, apontando pontos fundamentais para este trabalho filosófico.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Jonas de Lima Piva, pela convivência nos últimos 8 anos de docência, alegria, militância em suas aulas e participação na banca de qualificação.

Agradeço à Profa. Dra. Monique Hulssof, por sua orientação no projeto de pesquisa e incentivo.

À Profa. Dra. Marília Pisani, pelas aulas sobre Teoria Crítica, Autoritarismo, Fascismo e Totalitarismo, aspectos importantíssimos para realizar uma análise genealógica da segurança, penalidade e prisão em nossa sociedade.

Agradeço à Profa. M.^a Dinéia Hypolitto, por seu apoio e incentivo durante a Licenciatura.

Agradeço ao Prof. Dr. Newton Gomes Pereira, por sua brilhante participação, atenção e orientação durante e após a banca de qualificação, engrandecendo e incentivando a pesquisa acadêmica e avaliação final da presente dissertação.

Agradeço ao Prof. Dr. Edson Telles por sua orientação no início do Mestrado, que foi de extrema importância na seleção de pontos importantes para uma análise das malhas de poder e uma futura pesquisa sobre segurança, penalidade e prisão.

Agradeço à Profa. Dra. Gisele Mascarelli Salgado, por sua participação na banca final desse projeto e pelo incentivo e demonstração, em suas aulas de filosofia do direito, de que a filosofia nos torna mais humanos e pensantes.

Agradeço aos amigos e amigas do curso, por terem convivido esses anos com a filosofia.

Aos colegas de trabalho pelo apoio.

Às instituições de segurança pública, por proporcionar uma análise minuciosa sobre os aspectos rígidos, autoritários, fascistas e arbitrários na aplicação de punição aos delinquentes.

À justiça criminal, pela sua aplicação não homogênea aos delinquentes, evidenciando interesses privados em detrimento de interesses da coletividade.

À Polícia Militar do Estado de São Paulo, por mostrar os efeitos do adestramento da tropa, em especial ao Setor de Inteligência, por propiciar uma análise mais apurada dos fatos e acontecimentos e pelos cursos inspiradores que comprovam a existência de uma sociedade controlada e vigiada.

À Foucault, pela brilhante reflexão da atualidade.

E, principalmente, agradeço à Universidade São Judas Tadeu, ao corpo docente de sua Faculdade de Filosofia, meus queridos professores da Graduação e do Mestrado, à bolsa parcial de Mestrado concedida e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: meus sinceros agradecimentos por poder usufruir dessa bolsa de mestrado.

Resumo

O objetivo desta dissertação é mostrar como o filósofo Michel Foucault (1926-1984) tratou de forma inovadora o conceito de poder que eclode das relações entre indivíduos e instituições, por meio de sua metodologia genealógica que pressupõe um rompimento com a tradição. Assim, o pensador francês mostra como o poder é exercido. Não basta uma análise pura e abstrata do poder, pois se trata de um compromisso histórico, que resgata os acontecimentos que outrora foram considerados insignificantes.

Palavras-chave: Genealogia, Dispositivos, Discurso, Poder, Sujeito, Disciplina.

Abstract

The aim of this work is to show how the philosopher Michel Foucault (1926-1984) dealt with in an innovative way the concept of power that breaks the relationship between individuals and institutions, through your genealogical methodology that assumes a break with tradition. Thus, the french thinker shows how power is exercised. Not just a pure and abstract analysis of power because it is a historic compromise, which rescues the events that were once considered insignificant.

Key-word: Genealogy, Devices, Speech, Power, Subject, Discipline.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1 – GENEALOGIA DO PODER: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS | 17 |
| 1.1 – ANÁLISE GENEALÓGICA | 17 |
| 1.2 – UMA NOVA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA | 23 |
| 1.3 – METODOLOGIA: A ANÁLISE DOS DISCURSOS | 28 |
| CAPÍTULO 2 – REPRESSÃO E INCITAÇÃO: O PODER | 37 |
| 2.1 – PODER | 37 |
| 2.2 – O CORPO E O CORPO SOCIAL | 43 |
| 2.3 – DISCIPLINA: LOCALIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE PODER VIA SEXUALIDADE | 54 |
| CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: A VONTADE DE SABER | 65 |
| 3.1 – RECORTE HISTÓRICO: A INSTITUIÇÃO RELIGIOSA E SEU PAPEL REPRESSIVO | 65 |
| 3.2 – MECÂNICA DO PODER, A CONFISSÃO, O DISCURSO E A IMPLANTAÇÃO | 71 |
| 3.3 – DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE: A CONFISSÃO | 77 |
| 3.4 – GENEALOGIA: O NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA DA POPULAÇÃO | 85 |
| CONCLUSÃO | 97 |
| BIBLIOGRAFIA | 100 |

INTRODUÇÃO

Michel Foucault, pensador de origem francesa nascido em 1926, é considerado um dos filósofos contemporâneos mais polêmicos e instigantes, devido à sua vasta produção teórica e à sua radicalidade. Diante de seu imenso projeto intelectual, um ponto específico será focado, pois ele inaugura, de certa forma, um novo modelo de filosofia, abrindo “um novo caminho para as análises históricas dos saberes” (MACHADO, 2006, p. 167), o que será conhecido como Genealogia.

Portanto, será de fundamental importância atentar para um ponto específico, a fim de dar clareza e coesão ao trabalho, aspectos importantes para um trabalho filosófico e o foco será nos escritos¹ da década de 1970 (FOUCAULT, 2008c, 2012a), mais especificamente a obra **História da sexualidade I: vontade de saber** (FOUCAULT, 2010a), de 1976.

Logo, será traçado o encadeamento da trajetória filosófica do pensamento foucaultiano com base na virada da fase arqueológica para a genealógica, sendo esta última o ponto central desta dissertação. Na Introdução, ambas as fases serão discutidas brevemente e, ao iniciar os capítulos, o foco será na Genealogia.

Foucault, em seus primeiros escritos, propõe um trabalho filosófico que se assemelha ao de um arqueólogo, que busca nos terrenos algo de valor, ou seja, uma verdade escondida e encoberta por camadas de rochas primitivas que escondem o que realmente aconteceu ou existiu, uma verdade que possa trazer alguma lembrança. Essa é a fase arqueológica do autor, pautada por uma metodologia cuja tarefa se assemelha ao trabalho de um arqueólogo que, ao escavar as camadas de rochas, busca algo valioso que pode responder a diversas inquietações cujo valor é inquestionável, revelando algo obscuro e esquecido pelo tempo. Nessa primeira fase, tem-se o que o pensador francês chama de decifração, momento no qual se busca um conhecimento escondido cuja revelação pode

¹ Teremos como apoio os textos **Nietzsche, a Genealogia, a História, 1971** (FOUCAULT, 2008C) e **Que é um curso? Os saberes sujeitados; o saber histórico das lutas, as genealogias e o discurso científico; o poder: o que está em jogo nas genealogias; concepção jurídica e econômica do poder; o poder como repressão e como guerra; inversão do aforismo de Clausewitz**, de 1976 (FOUCAULT, 2005).

ocasionar também a descoberta de uma verdade escondida. Após sua fase arqueológica, Foucault rompe com a ideia de retorno à origem perdida, inferida pela linguagem, pois, à medida que se imagina chegar próximo dessa origem, ela nos escapa. Então, o pensador francês busca no acontecimento sua “modalidade de análise” (CASTRO, 2009, p. 24), objetivando “diagnosticar o que acontece na atualidade” (CASTRO, 2009, p. 24).

Portanto, será importante nessa pesquisa se ater a um aspecto político. O poder será o elemento observado na descrição das circunstâncias históricas, dando acesso à produção dos saberes. O trabalho se inicia com a questão genealógica, com a qual as formas de exercício do poder serão descritas. Trata-se de revelar práticas evidenciadas por meio dos arquivos, mostrando que há rupturas nos acontecimentos.

Adiante será mencionado o papel da história e do historiador, cujo campo de interesse será colocado em discussão. Por que não há rupturas no conhecimento da história? Então, será aqui que o pensador trará à tona as lutas e os interesses, com seus vencedores e derrotados? Foucault terá um cuidado, uma atenção especial com as descontinuidades, pois tratará de procurá-las e privilegiá-las.

Ao analisar essas lutas, Foucault mostra que não há linearidade nos acontecimentos, o que denunciará e descreverá a existência de um jogo de poder, por meio de dispositivos existentes em nossa sociedade. Diante dessa análise das rupturas históricas, o pensador observará a temática do poder e daí vislumbrará em suas descrições os dispositivos disciplinares, de sexualidade, entre outros. A introdução do conceito de dispositivo será o objeto da descrição genealógica e será analisado no terceiro capítulo.

A influência nietzschiana será referência ao permitir uma análise apurada com a questão do conceito de **emergência** em substituição à concepção de origem. Durante o percurso intelectual do pensador, chega-se à concepção genealógica, objeto de análise deste trabalho que pode ser considerado uma metodologia de análise que provoca muitas inquietações, com o desafio de analisar minuciosamente as emergências históricas (como pressuposto para novidades) e que evidencia como o poder se posiciona e se relaciona em uma engrenagem social.

Seguindo com a análise da questão genealógica, será necessário observar todo o acervo histórico e nele encontrar os interesses disfarçados, buscando outros pontos esquecidos, cuja possibilidade de eclosão contraria verdades impostas, caladas, sendo que é nesse ponto que se percebe as lutas e os interesses em um jogo político.

No acervo histórico também é possível perceber o poder evidenciado por meio das lutas, momento no qual serão analisados seus pontos mais ínfimos, seu funcionamento, suas engrenagens e o modo como se articula na atualidade.

A discussão será deslocada para o presente, mostrando que a emergência de algum conteúdo está no plano daquilo que aparece, enquanto a origem está no plano do desconhecido, encoberto pelos sedimentos depositados pelo processo natural do tempo.

Nessa análise, é necessário olhar o papel do discurso e sua própria construção histórica que constitui não somente a linguagem, mas que interfere no corpo do indivíduo e no corpo social, ambos imersos nos mecanismos de poder.

Na temática foucaultiana, tem-se a concepção de poder analisada constantemente, o que se constituirá em um dos pontos centrais de sua filosofia, pois, dispersa em tudo o que se relaciona com o que está na sociedade, essa reflexão constante sobre o conceito de poder deslocará a discussão não mais para o conhecimento, mas para uma vinculação com o sujeito imerso no campo político. Tal afirmação se faz ousada, uma vez que Foucault mostra em suas obras genealógicas o que ele chamará de tecnologia do poder. Mais que ter uma única análise sobre o que é o poder, ele mostra em seus mais diversos textos a sua concepção de relações de poder, sexualidade e corpo, com os mais diversos mecanismos que controlam o corpo social: a população.

Então, nessa fase genealógica, o filósofo francês fará uma análise minuciosa do que é o poder e como se relaciona com o que vem de fora, com os corpos, com as instituições e, assim, mostrará uma microfísica do poder, que alcança todas as partes na engrenagem social, uma relação que se autocomunica com os sujeitos e com os mais diversos aparatos estatais.

Nesse trajeto será necessário observar o poder por meio de uma análise que não ignore as extremidades, que são os indivíduos (até aqueles excluídos, como o louco). Também serão observados os pontos mais insignificantes em qualquer análise nas relações de poder e será mostrado como essas relações possuem uma participação essencial na gestão e no controle dos corpos e das populações; assim, um novo campo de investigação surge: o sujeito imerso nos mecanismos do poder. Esse espaço aponta a questão do poder como um fenômeno não somente repressivo, mas também incitativo. Foucault busca outra forma para fazer uma análise dos acontecimentos, fugindo de sua concepção arqueológica para não cair em um problema ainda em discussão.

Logo, o pensador mostra a importância dos mecanismos de poder que se aplicam ao corpo do indivíduo, ditando normas e regras, e, por outro lado, aqueles que se aplicam ao corpo social no controle das massas. Assim, será necessária uma atenção ao que ele chama de tecnologia do poder.

Foucault ressalta a importância de se ater ao sujeito frente a esses mecanismos de poder, não como detentores, mas como peças dessas relações. Ganharão destaque as instituições com sua participação na temática do poder, pois, além de arrebatar os indivíduos, se transformam a todo instante, respondendo às necessidades emergenciais de controle e domínio do indivíduo, sejam elas científicas, médicas, psiquiátricas, sexuais, entre outras, que interferem tanto no conhecimento como na própria ideia de moral.

Na sequência, ou seja, no segundo capítulo, a questão do poder virá à tona, uma vez que serão discutidas as mais diversas formas que o conceito de poder adquiriu durante a história da filosofia em suas implicações na sociedade. Como nossa sociedade concebeu a questão do poder de forma tão simples e opaca na descrição de aspectos sociais, aqui o pensador trará para o debate pontos importantes que buscam evidenciar o “funcionamento real do poder” (FOUCAULT, 2012f, p. 173) e não mais sua simples representação. Ainda no capítulo sobre poder, a questão do poder disciplinar e sua relação com a sexualidade serão destacadas.

No fim desse capítulo, será discutida a importância do corpo, tratando os indivíduos como parte integrante dos acontecimentos, se relacionando com as instituições e produzindo ações que se expressam na vida. Além disso, ao fazer essa análise do corpo sofrendo influências do meio, será mostrada uma concepção de poder que se transformou e se aperfeiçoou, aplicando-se no sujeito e no corpo social.

O terceiro capítulo seguirá com uma análise genealógica, presente em **História da sexualidade I** (FOUCAULT, 2010a), na qual o pensador descreve os processos em que o sexo incitou os indivíduos a confessarem-se e a manifestarem-se e, conseqüentemente, surge um aparato de engrenagens de poder, de tecnologias de poder, que dissipa os mais diversos discursos sobre nossa sexualidade e assim se espalha por diversas instituições, como a igreja, a família, a escola e, mais tarde, inclusive o consultório médico. Essa propagação dos mais diversos discursos sobre a sexualidade culminou mais tarde com a produção de saberes relacionados à segurança, população, demografia, psicologia, medicina, biologia, psiquiatria e moral.

Foucault olha os acontecimentos, faz uma análise metodológica genealógica e tenta não mais olhar o poder como resposta para os acontecimentos, mas sim como uma tecnologia do poder capaz de se modificar a todo instante e de modificar constantemente sua relação com o outro, tornando possível uma análise positiva acerca da atualidade. Essa tecnologia seria o conjunto de todas as engrenagens presentes nos acontecimentos, evidenciadas por meio de instituições e dos sujeitos que nela se relacionam, tomando posições em uma relação recíproca na qual aparentemente parece existir algum tipo de controle.

Na última parte, ou seja, no capítulo 3, as questões sobre o direito de morte e o poder sobre a vida serão tratadas, mostrando a transformação da política da guilhotina na política da guerra, que convence os indivíduos a lutarem por ideais que colocam a vida dos homens sob a perspectiva do controle que não é mais vista como repressivo, pois todos aderem aos dispositivos com felicidade. Essa aderência ocorre devido ao fato de que os indivíduos acreditam, na política da guerra, em propósitos que não se constroem sob uma ideia fria de um sujeito que se sente dono

do poder, mas sim na constituição das engrenagens de uma máquina tecnológica de poder, que adicionam e recodificam as relações de poder de acordo com a dinâmica das relações entre as pessoas e as instituições.

Assim, pode-se considerar que o estudo do pensador francês é uma ferramenta que remete para um novo modelo de pensamento, que se propõe a olhar para qualquer verdade estabelecida sempre com cautela. Esse novo pensamento buscará outras possibilidades, sendo uma engrenagem de poder incontrolável que surge na eclosão de relações de poder e que escapa de especificações e determinações garantidas pelas finalidades históricas, traçando sua filosofia prática.

CAPÍTULO 1 – GENEALOGIA DO PODER: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 – Análise genealógica

De início, é necessário fazer algumas considerações sobre o percurso intelectual do pensador, ressaltando as influências e o significado da própria palavra genealogia², que será o primeiro objeto de estudo desta dissertação e que revelará a metodologia adotada.

A genealogia é cinzenta: ela é meticulosa e pacientemente documentária. Trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados e muitas vezes reescritos. (FOUCAULT, 2008c, p. 260)

Nessa citação, que mostra a influência nietzschiana, Foucault já delimita sua área de atuação. Quando diz cinzenta³, nos remete às bibliotecas e aos acervos históricos em que estão guardados diversos documentos. As poeiras dizem muito e trazem o seguinte questionamento, sobre o porquê de muitos títulos ficarem abandonados e esquecidos: Qual o motivo de alguns documentos serem evidenciados e conseqüentemente outros serem esquecidos, encobertos pela poeira? Quando Foucault pesquisa documentos esquecidos, percebe que não existe apenas o que conhecemos, mas há outras possibilidades, outros caminhos e outros conhecimentos em suas mais diversas determinações, que se efetivam por meio das relações que eclodiram em outro tempo.

² “ [...] o que pretende, em última análise, é explicar o aparecimento dos saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes, ou melhor, que, imanentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante –, os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente política.” (MACHADO, 2006, p. 167)

³ “Pois é óbvio que outra cor deve ser mais importante para um genealogista da moral: o **cinza**, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica do passado moral humano!” (NIETZSCHE, 1998, p. 13)

Será nessas bibliotecas que o pensador realizará um trabalho minucioso em cima de documentos históricos, cuja análise mostrará muito e evidenciará outra ordem nos acontecimentos, denunciando as intenções e atentando para fatos que são evidenciados sempre sem qualquer garantia já predeterminada por uma suposta lei natural. Será importante perceber aqueles documentos que não interessavam, ficaram esquecidos nos pontos mais baixos das prateleiras e outros que, embora não escondidos, foram reelaborados para que atendessem a determinadas posições apropriadas da história.

Esses documentos se mostram importantes ao denunciar a exacerbação das verdades preestabelecidas pela tradição da historiografia ou da própria história. A ideia é perceber que não há linearidade nos acontecimentos e, assim, esses documentos procuram vasculhar pontos, ou seja, rompimentos que foram suprimidos pelos historiadores, bem como perceber as lutas, interesses e todo o jogo de poder. Foucault vai vasculhar o passado se preocupando de fato com o presente.

O pensador, ao trabalhar com os pergaminhos empoeirados das bibliotecas, localiza e denuncia omissões, evidenciando falsas garantias para alguns acontecimentos e desmascarando a omissão de pontos reveladores que influenciam o nosso presente, trazendo, portanto, a presente discussão para a atualidade. Logo, a genealogia é uma alternativa à ciência da história.

Foucault busca em Nietzsche⁴ os argumentos filosóficos para sua pesquisa, pois, ao olhar para o trabalho do genealogista da moral, percebe como ponto importante qualquer evidência com sua pretensão de omitir outras possibilidades de perceber a lógica dos acontecimentos. Foucault, ao invés de usar o termo historiografia, recorrerá à genealogia do poder, investigando como a disciplina age no corpo do indivíduo e o biopoder que se aplicará no corpo social.

⁴ “Husserl e Heidegger problematizam todos nossos conhecimentos e seus fundamentos, mas o fazem a partir do que é originário. Essa busca se produz, no entanto, às expensas de todo o conteúdo histórico articulado. Ao contrário, o que eu gostei em Nietzsche é sua tentativa de questionar os conceitos fundamentais do conhecimento da moral e da metafísica recorrendo à análise histórica de tipo positivista, sem se referir às origens.” (CASTRO, 2009, p. 201)

Que o que eu faço tenha algo a ver com a filosofia é muito possível, sobretudo na medida em que, pelo menos depois de Nietzsche, a filosofia tem por tarefa diagnosticar e não tratar mais de dizer uma verdade que possa valer para todos e para todos os tempos. (CASTRO, 2009, p. 306)

Foucault mostra que Nietzsche⁵, ao fazer o estudo sobre a “origem dos preconceitos morais” (FOUCAULT, 2008c, p. 261), mostra como a questão da origem naturalmente metafísica perde sua importância. Logo, a partir do genealogista da moral, tem-se uma nova perspectiva filosófica, pois, ao recusar a pesquisa pela origem pretensamente natural, o pensador francês se dedica aos acontecimentos e ao poder que emerge de formas diferentes e imprevisíveis.

Seguindo essa ideia nietzschiana, o pensador francês se debruça sobre os documentos existentes, trazendo uma condição sólida que nos mostra rupturas capazes de tornar possível um conhecimento que nos dê condições de pensar na genealogia do poder e denunciar que “por trás da verdade, sempre recente, avara e comedida, há a proliferação milenar dos erros” (FOUCAULT, 2008d, p. 263).

Foucault observa em Nietzsche um clarão que se abre, pois possibilitou uma nova perspectiva filosófica, abrindo o caminho para perceber as diferenças e denunciando os interesses que até então deturparam a visão acerca de qualquer acontecimento. Desse modo, a tentativa de dizer a verdade sobre os acontecimentos foi uma maneira de apagar a inconstância de qualquer conhecimento. A história da humanidade não foi tão linear como os livros mostram e a conhecemos somente a versão dos vencedores. Foucault resgata, assim, o discurso dos derrotados, pois estes nos mostram outras versões dos acontecimentos.

Embora, inicialmente, esta dissertação se proponha a falar apenas da fase genealógica do pensamento foucaultiano, é inevitável não se referir a essa passagem na qual o pensador da genealogia da moral abriu um clarão. O pensador francês tem em seu trabalho uma divisão conhecida entre o período arqueológico e

⁵ Nietzsche (1998, p. 7) inicia seu prólogo no parágrafo primeiro dizendo: “Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos – e não sem motivo”

período genealógico⁶, embora a genealogia não seja uma oposição à arqueologia, pois ambas se apoiam. Elas não se anulam e ainda possuem um “pressuposto comum: escrever a história sem referir à instância fundadora do sujeito” (CASTRO, 2009, p. 185).

Ao descrever a existência de modalidades do discurso, na medida em que este se vincula a práticas e assim se torna práticas discursivas, tem-se como exemplo o discurso religioso voltado à confissão e à delação, trazendo a ideia de um discurso prático.

Assim, Foucault observa a importância de se atentar para as lutas e interesses, conforme uma genealogia do poder, diagnosticando relações que se fazem por meio do saber e do poder, e que o saber sempre produz novos discursos, enquanto o poder se relaciona constantemente, produzindo novas estratégias.

Logo, ser um bom escavador dos subterrâneos não é descer em busca do ouro supostamente lá depositado, mas sim atentar para todos os conflitos, perceber a ideia de vencedores que mantiveram sua voz e se atentar aos derrotados que não foram calados, mas apenas colocados de lado, esquecidos, perdendo qualquer evidência no presente.

A questão foucaultiana estará voltada para o aparecimento dos saberes no campo político. O tema do pensador francês será o poder e o saber, cujos discursos serão os objetos selecionados e descritos, que evidenciarão as práticas de subjetivação.

Essa atitude do pensador o colocará como um genealogista da modernidade, que busca analisar o saber em termos de estratégias e táticas de poder, colocando o saber no âmbito das lutas. Ao analisar o poder, o pensador atentarà às condições de possibilidade que o poder tem ao articular-se, em um cenário em que aparecem os sujeitos e as instituições.

⁶ “Penso, em particular, nesse longo debate que Nietzsche não cessou de manter sobre a profundidade. Há em Nietzsche uma crítica da profundidade ideal, da profundidade da consciência, que ele denuncia como invenção dos filósofos; essa profundidade seria busca pura e interior da verdade. Nietzsche mostra como ela implica a resignação, a hipocrisia, a máscara; embora o intérprete deva, ao percorrer os signos para denunciá-los, descer até o fim da linha vertical e mostrar que essa profundidade da interioridade é, na verdade, outra coisa do que ela diz. É preciso, consequentemente, que o intérprete desça, que seja, como ele próprio diz ‘o bom escavador dos subterrâneos’. (FOUCAULT, 2008d, p. 44)

Essas lutas não podem ser paralisadas e analisadas, pois estão em constante reconfiguração. Logo, deve-se colocá-las em análise, em termos de um dispositivo político que se transforma a todo instante. Assim, o pensador francês inicia um novo modo de investigar a história⁷ e de conceber a própria atividade filosófica.

Nessa proposta, Foucault desenvolve o seu modo de olhar para a história a partir da análise das práticas⁸ discursivas, desconsiderando qualquer linearidade e continuidade. O pensador fica atento ao interesse que está mascarado, disfarçado e àqueles pontos com supostas supressões, privilégios, ou ambas as características. Assim, pode-se perceber a importância dos desprovidos de credibilidade na manutenção de toda a engrenagem de poder.

As questões históricas na constituição do sujeito serão descritas nos textos **História da sexualidade I** (FOUCAULT, 2010a) e **Vigiar e punir** (FOUCAULT, 2009), pois o autor diz que a questão central de suas pesquisas é o poder e sua importância na constituição dos saberes.

Foucault começa a demonstrar em sua filosofia que existem relações de poder em um campo de lutas em que não há necessariamente vencedores e derrotados, mas sim uma reconfiguração constante das posições de domínio. Logo, será nesse período⁹ genealógico que observaremos os interesses e o poder, sempre por meio de uma análise minuciosa dos acervos históricos e documentos, observando os discursos e as instituições com suas práticas imersas em um jogo de poder que muda as posições a cada instante. Assim, o pensador nos mostra as

⁷ “Fazer genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento nunca será, portanto, partir em busca da sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, deter-se nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa em sua derrisória maldade; esperar para vê-los surgir, máscaras finalmente retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir lá busca-los lá onde eles estão, ‘escavando as profundezas’; dar-lhes tempo para retornarem do labirinto onde nenhuma verdade jamais os manteve sob sua proteção. O genealogista tem a necessidade da história para conjurar a ilusão da origem.” (FOUCAULT, 2008c, p. 264).

⁸ Essas práticas são as disputas de poder que ocorrem constantemente, uma luta contínua, geradora de novas estratégias e de novos sujeitos e que por vezes retira a liberdade de outros sujeitados.

⁹ Podemos destacar como escritos do período genealógico os textos da década de 1970, em que o pensador coloca como aspecto metodológico de sua pesquisa uma descrição da história e dos próprios discursos. Os textos que evidenciam o que é essa genealogia do poder são **Sobre a arqueologia**, (1968), **A ordem do discurso** (1969), **Nietzsche, a genealogia e a história** (1971) e **Retornar à história** (1972). Já a segunda parte da genealogia é composta pelos textos **Verdade e as formas jurídicas** (1973), **Vigiar e punir** (1975), **Em defesa da sociedade**, com escritos de 1975 e 1976 e, por fim, **História da sexualidade I: a vontade de saber** (1976).

“invasões, lutas, rapinas, disfarces, artimanhas” (FOUCAULT, 2008c, p. 260). O interesse será descrever os conflitos históricos, que deturparam a visão acerca dos acontecimentos.

O presente trabalho se debruçará sobre o limite imposto a certas análises históricas, pois os pontos de destaque nos documentos, muito mais que apagar e omitir experiências passadas, foram os responsáveis por tornarem possível uma análise da atualidade, trazendo à tona as práticas que não eram colocadas em questão, mas que agora são evidenciadas pelas relações de poder e por sua autorreconfiguração na própria modernidade. Assim, “Foucault concebe a atividade filosófica como um diagnóstico da atualidade” (CASTRO, 2009, p. 46).

O pensador dirá que a “genealogia é um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, tornando-os capazes de oposição e luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (FOUCAULT, 2010b, p. 172). Assim, o trabalho será deslocar o olhar para aqueles pontos que foram determinados pela tradição e assim trazer à tona os pontos esquecidos e reduzidos a nada. Assim, não se destaca a exclusão, mas a ideia de posições em uma relação em que não existe sujeito e assujeitado, em uma combinação de circunstâncias que possam se modificar a qualquer instante, como um determinado saber que existe, mas que não é eterno.

Nessa tática, Foucault parte do discurso local dos presos, dos delinquentes, dos perversos, entre outros, e descreve a história dos esquecidos e reduzidos ao nada. Ao captar esses saberes particulares, regionais e locais, o pensador mostrará a força, uma resistência na relação de poder que se pronuncia, ou seja, que se evidencia por meio dos próprios saberes.

Nesse embate de domínios, o pensador mostrará a palavra dos esquecidos, o que se passa na vida dessas pessoas que são definidas e descritas por aqueles que estão em posição de domínio. Foucault dirá o porquê da psiquiatria excluir o louco, o porquê da medicina ditar normas éticas e morais podendo, tolhendo e até disciplinando os gestos, comportamentos e atitudes dos sujeitos, o porquê da polícia criminalizar certas atitudes e gestos, atendendo às necessidades do ciclo da

delinquência, um dispositivo determinado a atender fins, e o porquê da igreja determinar a vida das pessoas, sempre com a ideia de cura frente ao pecado.

O desafio do pensador francês será descrever esses pontos esquecidos, os discursos deixados de lado (como o dos degenerados e o da mulher) e colocar como ponto central e importante a análise do saber. Nesse ponto temos que destacar que mesmo naqueles grupos excluídos há algum tipo de saber que não se submete à qualquer verdade estabelecida.

Esse pensamento que procura descrever as circunstâncias históricas coloca o pensador francês como um filósofo moderno. O que está sendo proposto é uma prática constante e reativa de poder que, ao descrever e decifrar os interesses, trará para a discussão as relações de dominação que colocam uma oposição frente às funções normalizadoras e garantidoras de domínio ou verdade. Essa análise trará à tona as emergências contra a aparente normalidade dos processos conflituosos, mostrando e evidenciando mecanismos de poder sendo constituídos a todo instante e sempre buscando uma nova reconfiguração nas relações de poder que se constituem a todo instante.

Genealogia, portanto, não se trata de interpretação, pois o pensador quer os discursos em sua imanência, liberando o presente da sua cadeia de causalidades que as teorias teleológicas que outrora aprisionaram e comprometeram o entendimento acerca do presente. A tarefa aqui não é e não busca nada de oculto, pois o que existirá nas pesquisas foucaultianas será aquilo que vem à tona, por meio dos acontecimentos evidenciados pelas emergências históricas, retratadas nos arquivos.

1.2 – Uma nova concepção de história

A epistemologia histórica tradicional se distingue das histórias descritivas de Foucault, pois a primeira se projeta por meio de coleta de dados, datas e teorias gerais que nos revelariam o sentido da história. Já o pensador francês não quer fazer um trabalho em cima do que já aconteceu, mas pensar o presente. Desse

modo, o interessante será buscar um entendimento acerca de nossa atualidade, esclarecendo qual a tarefa filosófica.

O que Foucault está propondo é pensar a filosofia e seu vínculo com a história, ficando atento a qualquer tipo de herança advinda da tradição, sendo necessário questionar qualquer tipo de conhecimento com garantia de verdade. Foucault começa a olhar experiências do passado que foram omitidas pelos historiadores.

O interessante não será recusar o passado, mas observar como foi feita a sua abordagem no presente. Percebe-se como experiências antes esquecidas do passado foram construídas, porém, com um pano que escondeu qualquer ruptura existente, tornando possível evidenciar interesses cujas análises por parte dos historiadores não são imparciais, pois possibilitam uma atenção especial ao denunciar as restrições ao modo como se percebe a atualidade.

A história tal como é habitualmente considerada pelos filósofos traz consigo uma linearidade que apaga qualquer ruptura, seja no passado ou no próprio presente, fazendo com que o olhar se atente para o encadeamento natural dos acontecimentos. Foucault faz ao contrário: dá mais atenção ao que escapa dos caminhos empreendidos pelos historiadores. Ele recusará qualquer tipo de teleologia na história, pois os historiadores omitiram as rupturas entre períodos distintos, mantendo sempre a ideia de continuidade nos acontecimentos com a intenção de manter certa naturalidade entre o agora e o passado, projetando uma lei natural na história.

Ao mostrar essa ruptura já na arqueologia, presente tanto no renascimento quanto na época clássica, Foucault resgata posições rejeitadas, como a das mulheres, a dos considerados loucos, a dos considerados perversos, entre outras, mostrando, assim, a existência de rupturas no presente e visíveis em toda a história. Então Foucault busca fazer uma genealogia dos acontecimentos, via análise do poder por meio das relações constituídas na sociedade. Esses acontecimentos remetem ao que Foucault chamará de emergências, que eclodem em um

determinado momento como uma constituição de saber que se dá via relações de poder.

Na genealogia, Foucault mostrará que a história é uma constante em seus trabalhos, sempre se referindo a Nietzsche, para fazer uma crítica à forma pela qual tradicionalmente vemos a concepção de história pela filosofia, que infere uma origem que teria se perpetuado até nossos dias. Nos textos da década de 1970, o pensador usa o termo genealogia como uma forma de conhecer e como uma saída da história intencionada. Nela, o papel do filósofo será redescobrir a história com suas implicações e suas lutas.

O pensador quer denunciar aquele tipo de conhecimento que possui uma hegemonia, colocando-o como um obstáculo a qualquer outro tipo de conhecimento que fuja do domínio garantido. Ao fazer essa denúncia, surge a possibilidade de quebrar essa cadeia de pensamento que retomaria o passado como resposta ao presente, tornando possível novos caminhos.

Foucault procura se colocar como historiador. Para tanto, será necessário destacar a diferença entre prática filosófica e prática histórica, que privilegia o acontecimento. Ao contrário das filosofias que, ao apresentar a história, sempre buscam uma finalidade, Foucault se dedicará aos acontecimentos.

Acontecimento: é preciso entendê-lo: não como uma decisão, um tratado, um reinado, ou uma batalha, mas como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus usuários, uma dominação que se enfraquece, se solta e envenena a si mesma, uma outra que entra em cena, mascarada. (FOUCAULT, 2008c, p. 272)

Assim, o essencial para o pensador francês será fazer uma nova análise da história, não mais a interpretando via as causalidades já impostas pela teleologia. Caberá a esse filósofo inovador descrever os acontecimentos, pois neles que se pode perceber as estratégias de poder e as emergências. Portanto, esse será o caminho percorrido por Foucault.

“A emergência sempre se produz em um determinado estado de forças” (FOUCAULT, 2008c, p. 268). Ao analisar as emergências, é possível captar a força

em uma luta constante, pois essa força, mais que ser uma relação de poder, se movimenta por meio dos dispositivos de poder que atendem às necessidades emergenciais. Será essa luta que vai “designar um lugar de confrontação” (FOUCAULT, 2008c, p. 269).

Foucault dá um sentido diferente ao papel do historiador, pois, sujeito aos jogos de dominação, não é isento ou imparcial frente aos acontecimentos. O historiador, muito mais que uma mera ferramenta, participa na definição do vencedor.

Ao fugir do retorno a uma identidade metafísica, o pensador quer fugir do retorno a uma identificação entre o passado e o presente. Uma identidade metafísica que assombraria até os dias de hoje, cuja permanência ultrapassa o seu tempo e esconde a trama política, ponto este em que “a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não absolutamente a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo causal de dominações” (FOUCAULT, 2008c, p. 269). Nessa trama política o papel do historiador será perceber a luta frente à dominação.

Nessa predominância do sentido da história definindo vencedores e derrotados, é preciso encará-la não mais como um ouvinte passivo, mas como um genealogista que percebe os interesses. Será necessário olhar excessos garantidos aos vencedores e daí extrair os interesses e lutas que estão em jogo. É nesse embate que se percebe as intenções e as transformações constantes na trama política.

Foucault se afasta dos historiadores tradicionais ao perceber que “a história efetiva se distingue daquela dos historiadores por não se apoiar em nenhuma constância” (FOUCAULT, 2008c, p. 272). O efetivo será aquele acontecimento que saltará na luta e o filósofo, atento, captará e observará o acontecimento e, assim, evidenciará as relações de poder que eclodem a todo instante.

A história tem mais a fazer do que ser a serva da filosofia e narrar o nascimento necessário da verdade e do valor; ela deve ser o conhecimento diferencial das energias e dos desfalecimentos, das alturas e das profundezas, dos venenos e dos antídotos. Ela deve ser a ciência do remédio. (FOUCAULT, 2008c, p. 274)

A história tem muito mais a dizer do que simplesmente escutamos. Ela é quem determina vencedores e derrotados e, portanto, será nela que extrairemos o que transbordou diante da excessiva garantia de verdade, mostrando o que acontece de real e efetivo, recusando qualquer verdade como justificativa para o agora.

A saída desse ciclo interpretativo se dará por meio da análise das rupturas, pois deve-se conhecer a história “efetiva” (FOUCAULT, 2008c, p. 274).

É preciso destruir tudo aquilo que o jogo apaziguante dos reconhecimentos permitia. Saber mesmo na ordem histórica, não significa nós reencontrarmos. A história será efetiva à medida que reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (FOUCAULT, 2008c, p. 272)

O discurso será captado como revelador da dominação, pois os historiadores sempre buscaram “apagar o que pode revelar” (FOUCAULT, 2008c, p. 274), criando sempre um vencedor; nessa revelação, percebe-se os jogos de poder presentes nas práticas discursivas. Os discursos revelam a descontinuidade que marca as transformações históricas, o que denuncia as intenções e coloca os historiadores como peças de um jogo que necessita de um dominador e de um propósito que ganhe e permaneça.

E se quisermos, não digo apagar esse temor, mas analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, optar por três decisões às quais nosso pensamento resiste um pouco, hoje em dia, e que correspondem aos três grupos de funções que acabo de evocar: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante. (FOUCAULT, 2012a, p. 48)

Nessa citação, o pensador faz a definição das bases de seu projeto genealógico, afirmando sua decisão de abandonar o problema do significante, ou seja, as interpretações do sentido da história. Também mostra a importância de restabelecer ao discurso o seu aspecto de acontecimento.

Assim, o historiador afasta e é competente ao mostrar tudo o que quer sem fraquejar, rompendo, iludindo, dominando e logo se sobressaindo frente às lutas e aos interesses em jogo nas relações de poder que emergem a todo instante. Os historiadores afirmam assumir uma suposta neutralidade; porém, o que ocorre na realidade é que eles relatam a história pelo ponto de vista dos vencedores, o que faz com que a genealogia de Foucault tenha extrema importância, pois pressupõe revelar interesses ocultos.

Foucault quer fazer uma análise do presente¹⁰, pensando criticamente a atualidade e refletindo sobre os sujeitos na sua constituição histórica, uma vez que fazer uma crítica é analisar os limites e as rupturas/emergências. “Nietzsche coloca no cerne, na raiz do conhecimento, algo como o ódio, a luta, a relação de poder”. (FOUCAULT, 2012b, p. 22)

1.3 – Metodologia: a análise dos discursos

Em 2 de dezembro de 1970, Foucault pronuncia em sua aula inaugural no Collège de France seu texto **A ordem do discurso**, uma análise das ciências humanas e sua ligação com o que posteriormente o pensador chamará de microfísica do poder (FOUCAULT, 2012b). O pensador quer mostrar via discurso o poder que emerge das relações, pois começa a observar as práticas e todo o poder que as cerceia.

Assim, Foucault diz ser de extrema importância se manter no discurso, pois quer permanecer aquém de qualquer experiência originária da linguagem, uma vez que esta se encontra na ordem das práticas. O pensador diz que “é preciso pronunciar palavras enquanto as há” (FOUCAULT, 2012a, p. 6), visto que é por meio

¹⁰ Embora Foucault ataque Kant em alguns aspectos ligados à teleologia projetada na razão, não se pode esquecer que o pensador alemão, de acordo com Foucault (2012b), não aborda a questão da origem da história e nem a forma de realização desta; não busca sua organização interna e nem a teleologia imanente aos processos históricos. O pensador da razão traz a tarefa filosófica para o presente, como uma crítica a nossa atualidade, pois a tarefa da filosofia é investigar o presente em sua atualidade e problematizá-lo, pesquisando elementos atuais que justifiquem tal reflexão filosófica. Assim, Kant fornece a Foucault elementos para que seja constituído um vínculo entre história e filosofia, trazendo o diálogo para o presente, ao verificar elementos que justifiquem com garantia os acontecimentos na atualidade.

delas que se pode perceber condições de possibilidade acerca do jogo do poder do qual se faz parte e cujo domínio deseja-se constantemente. Não se trata de buscar o outro lado do discurso, mas sim uma análise do próprio discurso, ou seja, a definição do caminho a ser percorrido, uma vez que é necessário olhar o que esse discurso traz para o presente.

O pensador não busca exclusivamente o caminho da linguagem como uma única fonte de conhecimento. Foucault busca também nas instituições e em suas práticas aquilo que podemos ver e não mais o que pensamos estar escondido. Portanto, o trabalho será olhar as instituições e sua relação tanto com o discurso quanto com o poder, fazendo uma ligação entre discurso-instituição-poder. Essa postura, mais que mostrar certa organização nas instituições, mostra os sujeitos participando, aderindo e tornando possível essa relação que, portanto, evidencia o poder na prática, emergindo das relações.

O que o pensador está propondo é observar o discurso em sua realidade material, uma vez que, quando se falava única e exclusivamente em linguagem, ocultavam-se os processos conflituosos e qualquer prática de dominação que trazia à tona os poderes e conseqüentemente seus perigos. Ao olhar para o discurso com desconfiança, pode-se perceber as relações de poder, os indivíduos se tornando sujeitos (ao encaixarem-se em determinadas estruturas de poder) e a constante mudança de posição que eclodem essas relações.

Logo, Foucault vai constituindo sua metodologia, uma vez que o discurso em sua realidade material evidencia o seu caráter de acontecimento. O discurso mostra tanto procedimentos de exclusão quanto procedimentos de interdição.

O pensador destaca os procedimentos de exclusão como aqueles em que, por meio do discurso jurídico, exclui-se a palavra dos loucos, sujeitos a uma verdade que não a sua. Mas, nessa sociedade disciplinar, pode-se perceber como os procedimentos de interdição se ampliam. Foucault diz que sua proposta dispõe de dois conjuntos: um crítico e o outro genealógico. “As análises que me proponho a fazer se dispõem segundo dois conjuntos. De uma parte, o conjunto ‘crítico’, que põe em prática o princípio da inversão” (FOUCAULT, 2012a, p. 57).

O conjunto crítico, ligado ao que Foucault chama de princípio da inversão, é a localização do que ele chama de “formas de exclusão, da limitação, da apropriação” (FOUCAULT, 2012a, p. 57), como se constitui se apresenta de forma adaptável, se adequando e assim exercendo uma força que por vezes foi mudada e recodificada para atingir determinados pontos ínfimos nas relações de poder e que possui sua importância em seus mecanismos espalhados pela rede de micro poderes.

Nesse conjunto, Foucault quer chamar a atenção e nos mostrar o que ele chama de ruptura entre a loucura e a razão. O ponto interessante é perceber que a definição de loucura não deve mais ser descrita por um caráter meramente “patológico ou mental” (CASTRO, 2009, p. 259), mas sim por meio de uma exegese a partir do “próprio homem” (CASTRO, 2009, p. 259), pois não se deve pensar unicamente no caráter biológico. O discurso do louco foi proibido e condenado a não mais aparecer, o que se configura em uma negação total de sua existência, pois é no discurso do louco que se encontra uma separação entre os que seriam normais e aqueles considerados anormais.

Mais tarde, Foucault, mostra que essa interdição se deu por meio da linguagem, analisando a sexualidade¹¹ via psiquiatria, medicina no século XIX e “prática de confissão em que as condutas eram nomeadas, classificadas, hierarquizadas” (FOUCAULT, 2012A, p. 58), mostrando uma nova modalidade de relações que encontraram espaço nos micro poderes, que estão espalhados pela estrutura não só do corpo do indivíduo, mas também no conjunto de corpos nas relações com os dispositivos de poder, formando o corpo social.

Por outro lado:

O conjunto ‘genealógico’ que põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram as condições de aparição, de crescimento, de variação. (FOUCAULT, 2012b, p. 57)

¹¹ O tema da sexualidade será focado no último capítulo deste trabalho, analisando minuciosamente o texto da fase genealógica do autor **História da sexualidade I: a vontade de saber** (FOUCAULT, 2010a), que mostra uma filosofia que não mais se restringe às imposições da tradição.

Com esse conjunto genealógico, o pensador quer mostrar como ocorreu a formação do poder, quais foram as normas usadas para se evidenciar os interesses e quais foram as condições necessárias para a aparição desse conjunto. O discurso, além de ser formador de subjetividade, é quem faz uma ponte entre o sujeito e as relações que se evidenciam por meio do poder. Assim, Foucault tece seu método que consiste na descrição, seleção e diagnóstico do discurso predominante e, como o saber, se constitui por meio de sua prática discursiva.

Logo nos textos **A verdade e as formas jurídicas**¹² (FOUCAULT, 2012b), **A ordem do discurso** (FOUCAULT, 2012a), **Arqueologia do saber** (FOUCAULT, 1987), e o texto de 1968 **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas** (FOUCAULT, 2007), Foucault mostra a importância dos discursos, para assim fixar seu olhar nos sujeitos, captando as lutas e os processos políticos. Esses textos serão pré-requisitos para as leituras dos textos **História da sexualidade** (FOUCAULT, 2010a), e **Vigiar e punir**¹³ (FOUCAULT, 2009).

O trabalho será minucioso, sendo necessário reunir todo material disponível para alcançar os interesses e lutas que se engendram no campo do saber. O pensador quer mostrar que se tem acesso ao que foi e ao que é dito, pois os documentos que produziram um determinado saber foram reescritos, lapidados e desenvolvidos até chegarem à origem. Assim, o pensador das relações de poder diz muito, mostrando práticas, interesses, a não verdade e o poder. Portanto, deve-se ater às rupturas.

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 2005, p. 15)

¹² Esse é um trabalho em que o pensador passa pela arqueologia e genealogia, mostrando os aspectos gerais de cada linha filosófica, demonstrando um trabalho híbrido e uma progressiva mudança do tema, do método e do próprio sujeito pesquisado.

¹³ “A arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem”. (FOUCAULT, 2005, p. 16)

Podemos dizer que na genealogia¹⁴ o tema muda, pois Foucault percebe a necessidade de se afastar da análise constante da linguagem e, conseqüentemente, consegue perceber o poder, o saber e como ambos se relacionam via discurso, empregando o método descritivo, selecionando e diagnosticando o discurso predominante, percebendo o ser humano como produto da história, o que trará à tona muitas práticas de subjetivação.

O discurso é o que permite e o que deve ser revelado, pois, ao se evidenciar por meio de sua realidade material em sua atividade “cotidiana e cinzenta” (FOUCAULT, 2012a, p. 8), ele mostra todas as artimanhas, que de alguma maneira, retirou as pontas que saltavam na aparente linearidade. Quando a interdição era exercida, mais do que criar um local aos excluídos, cria-se uma barreira aos possíveis desvios sobre o que é o saber.

Chamemos, se quiserem, de ‘genealogia’ o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais. Será essa, portanto, a definição provisória dessas genealogias que tentei fazer com vocês no decorrer dos últimos anos. (FOUCAULT, 2005, p. 13)

Assim, Foucault percebe a necessidade de produzir estratégias para saber o que acontece na vida das pessoas, uma vez que há desvios e, portanto, um direcionamento do que pode ou deve ser conhecido. Ao produzir essas táticas, o pensador mostra uma modalidade discursiva que escapa às práticas já caracterizadas pelas redes causais.

Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de

¹⁴ Nesse ponto pode-se fazer uma breve comparação entre a Arqueologia e a Genealogia. Na primeira, o tema em discussão é o saber (linguagem), cujo método usado é a interpretação. Foucault suspeita que a linguagem não diz exatamente o que diz, o que achamos que entendemos. A concepção de linguagem usada pelo pensador é via discurso e não via linguagem metafísica ou alegórica. É necessário desvelar essa linguagem, substituindo-a pelo discurso, uma vez que ela nos livraria de qualquer compromisso natural e libertaria o sujeito de qualquer possível subjetivação.

uma ciência que seria possuidora por alguns. (FOUCAULT, 2005, p. 13)

O importante para o genealogista será olhar para a história para demonstrar, denunciar e criticar o porquê de algo estar sendo dito. Nesse contexto, será necessário olhar uma determinada contextualização e fazer uma análise do discurso e observar o que ele nos revela. Portanto, o pensador não quer o outro lado dos discursos como se existissem dois lados de uma história: o que passa a interessá-lo são os discursos em sua imanência e sua instância fundadora.

Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 2005, p. 14)

Os discursos das instituições estão na “ordem das leis” (FOUCAULT, 2012a, p. 7) e não há proibição de acesso às informações, pois, diante desse aparato discursivo por meio do qual o poder se manifesta, capta-se a relação entre instituição-discurso-poder, sendo que o pensador faz uma busca incessante das práticas que saltam aos olhos.

O que o pensador mostra é que será necessário fazer uma nova análise da história, não mais por meio das interpretações. Caberá ao filósofo “descrever os discursos em sua realidade material” (FOUCAULT, 2012a, p. 8), pois neles encontram-se manipulações, lutas, disfarces, vitórias, derrotas e todos os perigos que pode-se imaginar. Nos discursos, percebe-se os processos conflituosos e as práticas de dominação que a análise da linguagem escondeu por muito tempo. O arquivo revela as rupturas na história e, por isso, o pensador resgata os manuscritos, que foram esquecidos.

O discurso em sua materialidade evidenciará o seu caráter de acontecimento, pois nele encontram-se o controle, a seleção, a organização e a distribuição de um emaranhado de “procedimentos que têm por função conjurar seus

poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2012a, p. 8).

Os dispositivos, as estratégias de poder e os pontos resistentes nos dizem muito, mas deve-se atentar para aquilo que não foi dito, casos obscurecidos, esquecidos intencionalmente e por vezes reduzidos a nada, todos documentados e esquecidos nas prateleiras das bibliotecas.

Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém. (FOUCAULT, 2012a, p. 7)

Foucault está mostrando a realidade material do discurso, pois este é pronunciado e constituído diariamente. Pode-se captar no cotidiano os discursos com seus poderes e todo o perigo, pois quando a verdade escapa, na medida em que se tenta alcançá-la, percebe-se que essa vontade de saber nada mais é do que a vontade da verdade.

Para iniciar seu projeto, caberá ao novo filósofo fugir da cadeia discursiva que guia as pessoas como um trilho guia com destino e caminhos determinados. O momento é de ir em busca da verdade, que se livra dos discursos. O interessante será fazer uma filosofia para além dos discursos, olhando então para as práticas.

Ora, essa vontade da verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2005, p. 13)

A própria história, do modo como hoje é conhecida, é sofisticada e predetermina o rumo dos acontecimentos, porém, quando essa garantia da história

não encontrou suportes para sua manutenção, a verdade foi entregue a diversas instituições. Essa cooptação da verdade constituiu-se em um movimento do poder que, ao perder, por um lado o controle do discurso, encontrou, por outro, a novidade de instituições que ganharam seu papel definido, guardando para si o poder da verdade ora entregue ao poder psiquiátrico, ao médico, à igreja, às escolas, ao exército, etc.

Mas, nessa constante transformação das instâncias discursivas, pode-se olhar para o que não foi dito – para aquela parte do discurso esquecida e quase apagada da história – para entender as constantes lutas e processos que definem a verdade. Portanto, será necessária uma nova metodologia, cujo discurso será colocado como um ponto possível de análise do agora, mas não necessariamente como uma verdade certa e estabelecida.

Assim, será importante ao pensador se ater ao domínio empírico, positivo e descritivo daquilo que é revelado nos arquivos históricos e nas práticas. Não há mais finalidade, mas sim as constantes engrenagens do poder que se adaptam em quaisquer contextos.

O discurso esquecido nos estantes dos arquivos históricos permitirá dizer o que vai ser revelado, consentindo uma metodologia descritiva acerca das circunstâncias históricas que não busca mais a origem como fonte de conhecimento, mas sim as emergências que surgem e se tornam necessárias.

Deve-se atentar para o discurso por tratar-se de um privilégio novo do filósofo, pois no discurso encontram-se o poder e a trama política em constante reconfiguração. Será necessário um olhar de superfície, não mais voltado para um significado que encobre um possível significado, mas sim com o objetivo simples de descrever.

Foucault, ao fazer essa descrição do que aparece nos documentos por meio de objetos de análise, faz uma constatação e denuncia os abusos. O genealogista fará uma análise discursiva do que se tem acesso e perceberá que essas análises mostram o excesso de garantia de verdade estabelecida pela linearidade histórica.

Nessa metodologia, Foucault busca da decifração das relações do poder, compreendendo o sujeito e revelando que existem formas de subjetivação. O que aparece no discurso é revelado pelo próprio discurso. O que Foucault está querendo fazer é restabelecer qualquer discurso ou práticas que foram coibidos e colocados como arbitrários, devolvendo assim a importância deles na constituição e apreensão do presente. A intenção é restabelecer pontos importantes que foram considerados outrora arbitrários.

CAPÍTULO 2 – REPRESSÃO E INCITAÇÃO: O PODER

2.1 – Poder

Para chegar à concepção da genealogia foucaultiana, se faz necessário o afastamento do conceito de poder assim definido por outros pensadores, ou seja, das ideias tradicionais de poder.

Falar em Foucault é analisar o poder em suas mais diversas formas, não mais como um ente enraizado e fixo que pressupõe aqueles que o têm e os que não. Então, tem-se o conceito de poder como um fenômeno relacional que eclode a partir dessas relações que se manifestam na estrutura do corpo social, por meio dos sujeitos e das instituições. Para o autor, tratar do poder não será tarefa fácil, pois deve-se atentar para o que acontece e para as mudanças constantes do poder que não mais pressupõem um indivíduo como detentor.

Assim, o pensador mostra que o poder não está nas mãos de uma determinada pessoa ou instituição, mas sim espalhado em todas as camadas na sociedade, dos extremos até a parte mais central, portanto, nada passará despercebido, pois ele se faz presente em todos os contextos. Então, será necessário caracterizar o poder foucaultiano para buscar uma clareza e coesão acerca de sua concepção. Por isso, se torna difícil a caracterização e definição de poder, fazendo com que o pensador nos apresente a sua microfísica.

Antes, faremos algumas considerações ao modo como o pensador expõe os tipos de poder que se manifestam na sociedade. Foucault diz existir um poder soberano, um poder disciplinar e um biopoder.

O poder soberano é aquele advindo da concepção tradicional, em que o rei tinha o poder de decidir sobre o destino e a própria vida dos outros. Nesse caso, não se pode falar em liberdade, pois todos devem seguir os preceitos da nobreza. Pode-se falar em um poder de inclusão ou de exclusão. Inclusão na medida em que tem-se pessoas com privilégios sobre outras, um poder que favorece somente um lado

da relação, mas, por outro lado, um poder essencialmente negativo, pois, ao fazer a inclusão de um indivíduo em um grupo, necessariamente se exclui o outro. Nos acontecimentos, estão presentes as relações de poder, uma vez que, embora falemos de uma genealogia da modernidade, ainda encontramos as bases de uma sociedade conservadora em plena atividade na atualidade. É um poder que considera a habilidade e a capacidade que um sujeito possuía de designar e interferir no destino e na ação de outros indivíduos, como se o poder pudesse designar a competência de um sujeito prevalecer sobre outro indivíduo.

O poder disciplinar é aquele que o pensador francês diz ser possível perceber por meio de um diagnóstico das relações que emergem na sociedade. É um poder que se manifesta por meio das instituições, sempre na relação com os indivíduos que se movimentam nessas microfísicas de poder e, assim, pode-se perceber uma constante reconfiguração de posições nessa dinâmica social. Tem-se o poder agindo no corpo do indivíduo, uma vez que ele condiciona ações específicas na construção de uma aparente determinação de posição na sociedade.

Já o biopoder, novidade nos escritos genealógicos de Foucault, será o que ele chama de superestatização da vida das pessoas, cuja principal função é criar ações que promovam a condução das pessoas dentro desses mecanismos de poder espalhados no corpo social, tratado como população. Não se trata mais do indivíduo, pois o que há são as concepções de mortalidade e natalidade que podem ser localizadas olhando a sociedade em geral.

Esses três poderes se somam na analítica foucaultiana e não se excluem, pois, mais que pensar em termos de substituição e localização determinada desse conceito na genealogia da sociedade, o poder é aquele que atinge os pontos mais ínfimos na estrutura social. Esses pontos são os desprivilegiados, os delinquentes, por exemplo, pois fazem parte de relações de poder que mudam constantemente e tornam possível uma readequação constante, podendo os indivíduos transitar pelas instituições se encaixando em determinados espaços ou posições, não mais no sentido de ter a posse de uma determinada localidade, mas no sentido contrário, pois o que ocorre são apenas transições nessas relações que se transformam a todo instante.

Foucault faz uma denúncia, uma vez que a sociedade, por muito tempo, pensou no poder de forma simples e arbitrária, sempre como algo de exclusão. O poder, segundo o autor, é muito mais que isso, “é a guerra, é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 2005, p. 22).

Logo, mais que falar em forças repressivas, o que existe são indivíduos transitando por diversos locais, aderindo às estruturas do poder que não se localizam mais centralizadas em um ponto específico, mas sim dispersas pelo corpo social. Ao fazer essa análise do poder, Foucault começa a descrever diversos dispositivos.

Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. (FOUCAULT, 2010b, p. 182)

Foucault, ao construir essa nova possibilidade de análise dos acontecimentos, via genealogia do poder, rompe com a ideia de um poder tradicional dominante sobre os demais. Logo, o poder não será mais a capacidade de designar a aptidão de um sujeito impor a sua verdade ou a sua vontade sobre outro. O pensador se opõe à ideia de que existe um direito legitimado de um indivíduo exercer domínio sobre outro, de se submeter a outro. A ideia de Rousseau (1973), baseada na existência de um contrato social, no qual indivíduos livres conferem poder a um soberano e até pressupõem um consentimento racional de agentes autônomos e conscientes de si, logo é deixado de lado pelo filósofo francês.

O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. (FOUCAULT, 2005, p. 23)

Na citação acima, o pensador amplia a concepção de poder dentro do próprio campo político, uma vez que o poder eclode de uma relação de forças, pois em uma guerra são necessários dois exércitos em luta e só há vencedores e derrotados. Portanto, o poder não está em um ou em outro, mas transita na relação que se manifesta na guerra.

Ao ampliar sua concepção de poder, o pensador desloca sua análise em que o localiza por meio das relações e, portanto, descentraliza-o. O que há são possibilidades evidenciadas por meio das relações que constituem a microfísica social. O poder é dissociado do sujeito, pois não é um objeto corpóreo que pode ser encontrado no indivíduo ou em qualquer entidade natural.

Ao levar em consideração as ideias do primeiro capítulo, tem-se uma dessubstancialização do poder, pois este não é um princípio metafísico, que garante espaços que podem ser localizados no mundo. Ao retirar suas substâncias, o poder será despolitizado e não existirá mais poder enquanto prática social ou enquanto uma instância política a ser analisada. Isso se faz necessário na medida em que se tem a noção de relações de poder. É necessário mostrar o não lugar do poder, uma vez que não mais poderá ser localizado no ser humano, nas instituições e muito menos nas estruturas, existindo apenas relações de poder. Não há esse poder autônomo e independente, pois até para se pensar em um exercício de poder, são necessários dois pontos distintos em que há aquele que exerce o poder e aquele que se assujeita. Logo, essas relações podem possuir uma instância política.

Ocorre uma **desmitificação do poder**, pois este não é um ser natural, ou seja, um organismo vivo e independente. Não é uma potência inata, um domínio intrínseco e nem uma capacidade que pode ser adquirida e muito menos uma força que pode ser conquistada. O poder não é um bem que pode ser repartido, nem é uma posição que pode ser perdida.

Portanto, o poder em Foucault é um fenômeno relacional. Esse poder emerge das relações e só pode ser percebido e exercido nelas; é um conjunto de relações que formigam por toda a espessura do corpo social. É um feixe de relações abertas, uma rede de relações historicamente constituídas. O poder em Foucault

pressupõe relações de forças que atuam como ações entre seres humanos e instituições. É uma relação de hierarquização, de dominação e de submissão.

As relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra pela guerra. (FOUCAULT, 2005, p. 23)

As relações de poder em Foucault terão algumas características. Elas serão exercidas, pois o poder não designa aquilo que se pode conquistar nem o que se pode possuir ou perder. São relações exercidas ou efetivadas na práxis social e em que todos os indivíduos exercem ou sofrem seus efeitos ou ambos juntos.

Essas relações também são consideradas imanentes, pois o poder está contido de maneira inseparável na natureza das relações, ou seja, é inerente ao ser das relações. Ele caracteriza a própria essência da relação e a impregna, pois não existe relação que não seja uma relação de poder.

O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 2010a, p. 103)

Na citação acima, tem-se uma definição de poder que não pode ser demonstrada, pois o que ocorre são situações estratégicas que eclodem de determinadas situações com a finalidade de se atingir determinado fim.

As relações de poder são vistas de forma circular, pois o poder é um movimento rotativo das relações, pois quem ordena hoje poderá obedecer amanhã. É um ciclo permanente de relações e ninguém controla o poder. Ele circula permanentemente entre os indivíduos, mas não pode ser aplicado permanentemente a eles. O poder está tanto na base do dominador quanto na do dominado, é investigado a partir de micropoderes e transita pelo corpo social no qual indivíduos e instituições fazem eclodir relações de poder.

O poder é inter-relacional, pois é sempre estratégico. Ele é guiado por metas e objetivos e possui uma racionalidade interna que o dirige. Logo, a relação de poder implicará resistências, porque as suas relações são constituídas pela sujeição. O poder sempre será confrontado pelas resistências que não são exteriores. O poder é uma relação de forças marcada tanto pela autoridade quanto pela resistência e é uma relação de imposição na qual quem ordena sempre encontrará quem resiste.

O poder como fenômeno repressivo é tomado como uma força inexorável, como uma entidade indomável. Um rei guerreiro cujo corpo é constituído por partes dos seus súditos é como o de Leviatã, que, segundo Hobbes (2006), considera o poder como um somatório dos poderes transferidos pelos súditos. Não há poder concentrado no corpo hobbesiano, mas sim um conjunto espesso de relações entre os súditos, conferindo poder para um lado e para o outro em contrapartida, garantindo a segurança. Dessa maneira, pode-se evidenciar a eclosão das microrrelações de poder na sociedade.

Assim, Foucault faz uma crítica ao modelo jurídico de poder e às noções clássicas que o confinam aos conceitos políticos contratualistas, recusando e criticando o poder associado ao Estado, cuja origem está na aceitação consensual de indivíduos livres. O pensador se recusa a aceitar a tese contratualista de que a liberdade do indivíduo justifica a dominação do Estado e vai contra a ideia do indivíduo portador de direitos naturais ou poderes primitivos que garantem o binômio contratualista rei-súdito com realidades previamente constituídas.

O autor também faz uma análise histórica do poder, que não pretende ser uma teoria universalizante e objetiva, mas se atém às mudanças constantes das engrenagens do poder. Foucault se recusa a ter sua análise do poder como um sistema filosófico geral e abstrato; assim, faz uma descrição histórica bem definida para não cair em contradição.

Foucault quer examinar criticamente as relações específicas de poder, pretendendo analisar suas configurações historicamente determinadas, avaliando os mecanismos e dispositivos empregados nas relações de poder para assim identificar as táticas e técnicas usadas.

O método foucaultinano fará uma fusão entre poder e saber. O poder não é apenas um exercício que produz ideologia e oculta a verdade, pois ele desempenha também o papel de produtor de conhecimentos. Aqui, o poder engendra o saber e o saber engendra o poder. Portanto, o poder é um exercício que produz um saber materializado no discurso.

O tema principal desta pesquisa genealógica do pensador será o poder e sua influência na constituição dos saberes. Segundo Machado (2010c), “[...] primeiro volume da História da Sexualidade foi a introdução da questão do poder como instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes.” (p. X) A questão do saber será tratada já no próximo capítulo, sempre como uma estratégia que se autorregula, por meio de uma relação que se constitui com esse poder sempre olhando para os corpos e as instituições.

A importância da questão do poder na análise do saber será importante, pois o poder aqui ganha autonomia, não sendo mais objeto de captura e dominação. O poder é como um ente vivo e autônomo, cuja articulação se modifica, se transforma e se recoloca em um novo espaço. A cada nova articulação, terem-se uma nova configuração da realidade, sendo dispensado pensar em uma realidade estável e determinável. O importante será pensar no poder como constantes transformações e constituidores de novos saberes.

2.2 – O corpo e o corpo social

Após a concepção de poder tratada no capítulo anterior, serão observadas as redes de poder que mostram as estratégias que se constituem e se aplicam aos corpos. A partir dessas estratégias, pode-se fazer uma análise prática das relações de poder, ou seja, uma análise genealógica, mostrando a eclosão dos dispositivos de poder quando os corpos tomam posse em determinados locais, formando até mesmo instituições. Por outro lado, Foucault mostra a existência de um corpo social, em que aparecem os fenômenos ligados à ideia de população, tais como as taxas de natalidade, mortalidade, delinquência, etc. O pensador faz essas observações no

seu texto **História da sexualidade I**, olhando para os objetos específicos (a sexualidade e a sua implicação na vida do indivíduo e no cotidiano de toda uma sociedade que há tempos se transforma), em meio à dinâmica interminável das relações de poder que produz, a todo instante, um novo saber.

Essa temática da análise do poder e saber via sexualidade mostra um novo olhar sobre a constituição desses saberes e poderes que aparecerá via relações genealógicas¹⁵. Foucault também mostra o funcionamento de um poder disciplinar na constituição desse saber-poder, se produzindo constantemente e se aplicando aos indivíduos. Para fazer essa descrição, será preciso reconhecer o poder com toda sua capilaridade, que se estende do ponto central do corpo social até aquele ponto mais extremo, no qual se encontra o indivíduo que não passa de modo algum despercebido nessa dinâmica constante que transforma toda a sociedade e cuja estrutura tem por função gerir uma população e seus fenômenos.

Ao olhar para o poder, o pensador se volta para o indivíduo, para seu corpo e para como os mecanismos de poder se cruzam, gerindo e articulando cada pessoa dentro de um conjunto maior (a população) e mostra uma constante manutenção e seleção de gestos, atitudes e comportamentos que servem de pano de fundo para uma manutenção e preservação de uma norma aparentemente imutável destinada a manter uma ordem nas ações de cada indivíduo, estabelecendo lugares determinados nas engrenagens de poder.

O pensador traz como exemplo o dispositivo de visibilidade, o pan-óptico foucaultiano. A partir desse dispositivo, o autor constata que nas primeiras prisões existia um ponto central onde os guardas possuíam uma visão privilegiada sobre tudo o que estava a sua volta, como uma torre no meio de um campo de futebol e a sua volta toda a população carcerária, mas o corpo de cada preso separado em seu ponto específico, sem poder se comunicar com aquele que está a sua volta. O interessante é que os presos, ao olharem para essa torre central, não sabem quem os vigia. Porém, aquele que o vigia produz uma ciência sobre o comportamento do outro, pois nada passa despercebido. Essa constante vigilância gera uma norma que

¹⁵ Relações genealógicas refere-se à fase genealógica em que o autor busca decifrar o poder nas mais diversas relações evidenciadas pela constante troca de gestos entre os indivíduos.

se aplica ao corpo de cada vigiado, que sabe estar sob o olhar do outro. Os vigiados, após longa submissão à norma, estão sujeitos ao poder disciplinar que atinge a todos e que coloca cada um em sua devida posição, sempre respeitando a lei. Portanto, há um dispositivo de visibilidade, que cria uma norma que consequentemente atinge o indivíduo.

A partir do século XVIII, o genealogista do poder observa que a norma se modifica por ser amparada em um dispositivo de sexualidade, em que se tem um conjunto de indivíduos e de instituições que se relacionam mais com o discurso, por meio da confissão dos indivíduos de uma instituição religiosa.

A partir dessa análise da sexualidade, Foucault percebe como o poder disciplinar começa a se manifestar de forma diferenciada, uma vez que, por meio desse discurso constituído via confissão, cria-se uma regra determinada a controlar o corpo de cada indivíduo.

Logo, é possível perceber que quando existe uma regra que se aplica aos indivíduos, existe também uma norma que os reúne, pois se constitui na observação e no próprio discurso, ou seja, no campo da empiria. Portanto, a genealogia pressupõe um poder-saber, constituindo, a todo instante, estratégias para se atingir o corpo individual, mas com efeitos globais.

O poder produz constantemente um saber à medida que incita e provoca os indivíduos a falarem. O interessante é perceber que, ao se aplicar a confissão, ocorre uma anulação da norma, pois incitar os indivíduos a falarem sobre as proibições leva-os a se adequarem e a se comportarem da maneira como a norma não prescreve, mostrando a ilicitude das condutas. O dispositivo de confissão visa reprimir o ato contrário à lei, à medida que incita os que confessam a se readequarem à lei, criando uma autovigilância.

Mas pode-se perguntar: como esses indivíduos se adequam à norma? Ao falar que alguém se ajusta à norma, há a evidência de que as pessoas são conduzidas a essa norma a todo instante. O interessante é que a percepção da genealogia nas práticas, com seus problemas se relacionando às regras, por meio de uma ciência que observa casos específicos de poder por meio de uma estratégia política.

Foucault percebe que a própria confissão contraria a norma, uma vez que ele verifica nas confissões que ninguém segue nada. Daí a importância de o pensador captar e perceber a questão do poder produzindo um saber, pois não há lei, mas sim a constante produção de novas estratégias. Quando o indivíduo se expõe, ele mostra que isso é se relacionar com aquilo que ele deveria ser, mas não é de fato. Pode-se olhar para o poder e para sua relação com os indivíduos e instituições, na formação e constituição de um corpo social denso e complexo. Isso origina a noção de um novo saber que não se remete ao passado, mas que se constitui no presente, refém das relações e rápido em suas mudanças estratégicas, alcançando todos os pontos e assim viabilizando um novo conhecimento sobre a nossa sociedade.

O pensador francês diz que o sujeito se relaciona, se identifica, toma posse e não é simples, sendo que sua complexidade não admite pensá-lo só. O poder é algo que emerge das relações, constituídas por indivíduos não detentores de um poder que se possa dominar, agarrar ou conquistar, pois se trata de um poder presente em qualquer espaço. O que há é uma combinação interminável dessas relações que alocam seus recursos, a fim de dar continuidade à trama das relações. Os indivíduos estão dentro de uma complexa engrenagem de poder que se movimenta a todo instante, tendo como exemplo o exército.

[...] o exército até então essencialmente constituído de pequenas unidades de indivíduos relativamente intercambiáveis, organizados em torno de um chefe, essas pequenas unidades fossem substituídas por uma grande unidade piramidal, com toda uma série de chefes intermediários, de suboficiais, de técnicos também, essencialmente porque se havia feito uma descoberta técnica: o fuzil a tiro relativamente rápido e ajustado. (FOUCAULT, 2012c, p. 174).

Esse exército, com sua estrutura piramidal, faz com que o poder transite até a sua extremidade com muita facilidade, uma vez que as relações são ao mesmo tempo individuais e globais, chegando do topo à base e da base ao topo. Essa estrutura proporciona a participação de um maior número de indivíduos na trama dessas relações.

A composição dessas estruturas é interessante, uma vez que há espaço para todos que têm sua função bem determinada. Tudo se mostra por meio de um poder disciplinar, capaz de colocar cada indivíduo em seu ponto, com sua função definida e destinada a vigiar aquele que está ao seu lado. Os indivíduos são levados a procurar e conquistar o seu espaço nessa malha extensa de poder, sem a ideia de topo ou base. Não se fala em dominantes e dominados, pois aquele que ora estava na base agora pode estar em outro lugar, tomando posições que atingem seu determinado fim.

Trata-se, em suma, de orientar, para uma concepção do poder que substitua o privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de direito. (FOUCAULT, 2010a, p. 113)

O uso do termo disciplina implicará um conjunto de técnicas das quais os sistemas de poder têm por objetivo e resultado a singularização do sujeito. Em outras palavras, o poder disciplinar é aquele destinado a colocar cada indivíduo em um determinado espaço na rede de poderes que constitui as malhas do poder.

A disciplina também implica em uma forma discursiva de controle da produção de novos discursos. Logo, os indivíduos fora dessas condições disciplinares também possuem seu espaço privilegiado nas engrenagens, uma vez que a própria resistência faz parte das dessa estrutura que se movimenta a todo instante. Até aqueles indivíduos que não se adequam à institucionalização do poder são captados pelos novos dispositivos de poder que se recodificam e moldam novas estruturas capazes de produzir novas posições nos mais diversos contextos.

Como discutido nos capítulos anteriores, Foucault mostra como a história dos últimos séculos do Ocidente não mostrava a atuação de um poder essencialmente repressivo, sendo que é nesse momento que o pensador consegue perceber nos arquivos históricos a ideia de uma energia rebelde às ordens impostas. Essas vontades contra as ordens mostram como o poder e os desejos se articulam e

buscam uma nova reconfiguração de interesses. Lebrun (2009) concorda com essa ideia e segue com as seguintes palavras:

[...] Por que reduzir a dominação à proibição, à censura, à repressão escancarada? Por que só pensar no poder enquanto *limitador*, dotado apenas do “poder do não”, produzindo exclusivamente a “forma negativa do interdito”? O poder é menos o controlador de forças que seu produtor e organizador. Desde o fim do Século XVI, o poder político é, antes de mais nada, a instância que constitui os súditos sujeitos ao dobrá-los a suas pedagogias disciplinares (ensino, exército, etc.). (LEBRUN, 2009, p. 19)

Antes o que tínhamos era essencialmente falar de modo confuso sobre o que seria essa repressão, a lei, a interdição e a censura, constituindo a ideia de um poder-repressão que por tempos trouxe uma consequência política de longa duração. Não havia outra maneira de olhar o poder que não fosse repressora. Mas, após o genealogista da modernidade, tem-se:

Na verdade, encontramos as relações de poder funcionando em relações muito distintas na aparência: nos processos econômicos, nas relações de conhecimento, no intercuro sexual... De modo que, no princípio das relações de poder, não existe, como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominantes e dominados. (LEBRUN, 2009, p. 20)

O poder não pode mais ser pensado de forma tão singular, empobrecendo o discurso sobre o que ele produz. Talvez essa redução do poder fosse proposital, colocando qualquer análise já com respostas determinadas pelas concepções tradicionais de poder. Foucault então olha para os pontos singulares de poder e se libera do que ele chama de poder “jurídico-discursivo” (FOUCAULT, 2010a, p. 94). Na realidade, o que está em jogo ao romper os limites impostos por um poder por vezes dominador, é contrariar a lei, satisfazendo um desejo.

Em suma, o poder não é *um ser*, alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, algo que se deixa escapar. É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial,

poder do contramestre, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.). (LEBRUN, 2009, p. 20)

Na citação acima, tem-se a representação do que seria esse poder que emerge das relações que se mostram e constituem na dinâmica social. A partir delas, Foucault começa a mostrar um modo de representação desse poder que se dá via dispositivo de sexualidade. Em uma estrutura em que cada indivíduo toma posse de um local e garante seu objetivo tático, mantém-se a engrenagem do poder em funcionamento. Quando o indivíduo muda a direção nas malhas do poder, apenas se encaixa em outra engrenagem, ajudando a constituir as relações a todo instante.

Por meio da sexualidade, Foucault mostra como os indivíduos se localizam e possuem um espaço nas instituições, representando a norma por meio do seu comportamento, e como não são fixos, podendo transitar e buscar outras possibilidades, se diferenciando a todo instante. Foucault percebe que não existe somente o sujeito nas relações de poder e começa a mapear as instituições e seus respectivos dispositivos nos quais os indivíduos trabalham, se movem, se transfiguram e se refazem a todo instante.

Por exemplo, tem-se como instituição a igreja e pode-se interpretar o dispositivo de confissão, que busca a proibição sexual como uma relação de forças que mantém um controle sobre as condutas humanas por meio de normas que alcancem todos. Cabe ressaltar o papel do indivíduo que toma sua posição frente essa instituição, o indivíduo-padre e o indivíduo-pecador, tornando possível a eclosão dessas relações de poder, viabilizando uma análise da própria conduta humana. Nesse ponto, tem-se a constituição de corpos e de um corpo social, piramidal, destinado a atingir determinadas configurações não mais imóveis, mas constitutivas de um novo saber. Todos podem tomar uma posição nessa instituição, inclusive aqueles que se colocam fora, pois serão alvos dessas relações que respeitam a própria lei. O poder pastoral, longe de ser algo passível de dominação, é um poder que emerge das relações.

Temos a instituição médica, o hospital, local do dispositivo do diagnóstico, onde ocorre uma relação de poder em que o médico é aquele sujeito que dita e

prescreve um diagnóstico, prevendo curas de doenças e os prazeres permitidos, reproduzindo outra norma. Por outro lado, há o indivíduo que é diagnosticado que, ao mesmo tempo em que parece ser passivo na relação de poder, possui sua importância, pois para que se possa prescrever algo são necessários dois pontos: o indivíduo-médico e o indivíduo-paciente, que se relacionam e tomam determinadas posições na instituição médica onde ocorrerá o diagnóstico. Todos esses pontos têm como função ditar uma lei, sendo que uma regra presente nessa dissertação mais adiante ditará o que é permitido em relação ao sexo.

Também localizamos a instituição escolar com o seu dispositivo de ensino, educando os indivíduos por meio de seu corpo constituído pelos pedagogos, que buscam inserir e criar sujeitos úteis e dóceis na constituição de uma sociedade que visa manter uma ordem aparente. Todas essas instituições possuem algo em comum, pois elas trabalham de forma a criar o que Foucault chama de “instância da regra” (FOUCAULT, 2010a, p. 93), ou seja, coloca aquilo que pode e o que não pode, ou seja, há o estabelecimento do que é legal e do que é ilegal.

Não se trata de eliminar concepções de poder negativas¹⁶, pois pode-se pensá-las como uma “relação negativa” (FOUCAULT, 2010a, p. 93), igualando todos os indivíduos e ocultando as diferenças entre eles, pois tem-se os discursos religiosos como uma função tática: o policiamento das atitudes e gestos dos indivíduos. O discurso racional visa administrar os indivíduos. O econômico, controlar. O pedagógico, disciplinar. E o médico-jurídico, intervir.

“O ciclo da interdição” (FOUCAULT, 2010a, p. 94) é aquele que coloca certos comportamentos na clandestinidade, pois somente poderá ser feito o que a lei permite. Assim, o que fica evidente é o jogo de poder como proibição. Mas, na verdade, não há o compromisso com a norma; nem sequer existe a norma.

Foucault alerta para a existência de uma “lógica da censura” (FOUCAULT, 2010a, p. 94), com seus mecanismos destinados a censurar ideias, ações e até possibilidades de se pensar de outra forma. O sexo é um ponto que passará pelo

¹⁶ No texto **História da sexualidade I**, o pensador elenca diversas formas pelas quais é possível analisar o poder, não colocando uma única definição, mas abrangendo um maior número de possibilidades possíveis acerca da construção do que viria a ser uma unidade central de um dispositivo de poder.

ciclo da interdição, pela lógica da censura, pela instância da regra, pela relação negativa e pelo ciclo da interdição, formando o que ele chama de unidade do dispositivo.

A unidade do dispositivo. O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal da dominação social às estruturas constitutivas do sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. (FOUCAULT, 2010a, p. 95)

Essa forma de poder é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo. Um chefe que formula o direito, por exemplo, esquematiza o poder sob uma forma jurídica e define seus efeitos, tendo como exemplo a obediência. Em face de um poder que é lei, o sujeito assim constituído é aquele que obedece. De qualquer maneira, o poder coage e traz algo relativo à submissão, existindo o poder legislador, de um lado, e o sujeito obediente, de outro.

Foucault mostra como as formas de aplicação do poder têm efeitos em pontos que não são homogêneos. Existe um poder de adestramento que alcança os indivíduos, mas não exclui a localização de pontos específicos em que aparece um poder limitador a todos, uma vez que nem todos estão sujeitos ao poder domesticador.

O poder é tolerável, uma vez que ele consegue ocultar muitas coisas dentro de um sistema complexo de instituições e sujeitos que tomam e criam uma expressiva microfísica de poder. Há uma imensa rede que possui pontos a serem preenchidos e que torna necessário fazer uma análise constante, que seja capaz de possibilitar mudança de posições em uma complexa engrenagem social a cada instante. O interessante é observar que o poder pode ser dividido, colocado em uma hierarquia, anulado, adicionado, não se mostrando de forma única.

O importante é que essa criação do poder coincide plenamente com a constituição da “multidão” em um “corpo político” (FOUCAULT, 2010a, p. 95). Assim,

tem-se o poder disciplinar aplicado a cada indivíduo, os dispositivos formando um corpo complexo e o corpo social formado por uma população e todos os seus elementos.

Apesar das diferenças de época e objetivos, a representação do poder permaneceu marcada pela monarquia. A teoria do poder foi mudando a partir de uma forma histórica, bem particular das nossas sociedades: a monarquia jurídica. Vive-se em um tipo de sociedade em que o aparato jurídico pode codificar cada vez menos o poder ou servir-lhe de sistema de representação. Para sair desses moldes, Foucault constrói uma nova análise do poder, que não encara mais o direito como modelo e código e como uma legislação destinada a disciplinar um complexo de indivíduos delinquentes, mas sim como um modo de mostrar como cada um possui seu ponto de aplicação definido para que se torne útil às necessidades que surgem.

Por isso, a sexualidade se torna algo tão importante na representação desse poder, pois é por meio dela que se criam papéis predefinidos para grupos humanos, sendo também, assim, uma maneira de alcançar todos. Por isso, Foucault analisa o saber sobre o sexo em termos de poder.

O poder não se adquire e nem se compartilha, mas sim se exerce a partir de inúmeros pontos em meios às relações desiguais e móveis. As relações de poder são imanentes, são efeitos de decisões, desequilíbrios e diferenças. O poder não possui somente o papel de proibição, mas também o produz. Assim, mais que exercer, ele torna possível ser exercido.

Ao invés de falar de todas as violências sobre o sexo, Foucault fala sobre a forma única do “grande poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 108) e da produção do discurso sobre o sexo. Pode-se perceber que, ao se falar da sexualidade, exige-se prudência, respeitando as leis, pois qualquer arbitrariedade foge dos pressupostos canônicos do poder que colocam sempre um não sobre o que seria o sexo.

Foucault destaca a “regra de imanência” (FOUCAULT, 2010a, p. 108), dizendo que não se pode pensar que não há interesse no domínio da sexualidade, quando, na realidade, somente esta se constitui como domínio a conhecer, pois foram essas relações de poder que a instituíram como objetivo possível. Por meio desse método foucaultiano, foi possível “investir nessa regra, técnicas de saber e de

procedimentos discursivos” (FOUCAULT, 2010a, p. 109), capazes de complementar e reafirmar as relações de poder. Também se pode localizar a ideia de “regra das variações contínuas” (FOUCAULT, 2010a, p. 108), que mostram e buscam o que Foucault chama de “esquema das modificações que as correlações de forças implicam através de seu próprio jogo” (FOUCAULT, 2010a, p. 109), ou seja, uma reconfiguração constante das posições de exercício de poder. As relações de poder-saber que não são evidentes serão “matrizes de transformações” (FOUCAULT, 2010a, p. 110) constantes, pois não pode-se mais classificar estaticamente o que ocorre, mas apenas perceber nos arquivos essa mudança.

Foucault localiza nos documentos históricos uma característica de “duplo condicionamento” e uma “regra de polivalência tática dos discursos” (FOUCAULT, 2010a, p. 108). É no discurso que “vem a se articular poder e saber” (FOUCAULT, 2010a, p. 111). Esse discurso não é uniforme e nem estável. “O discurso veicula e produz poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 112), reforçando-o e ao mesmo tempo permitindo sua contenção.

O silêncio e o segredo dão base para o poder, fixando suas interdições e trazendo por um lado uma censura e por outro uma tolerância. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças. Cumpre interrogar o discurso em dois níveis: o de uma produtividade tática, com seus efeitos recíprocos de poder e saber, e o de sua interrogação estratégica de sua produção.

É aqui que intervém a noção de potência. “A República, sem potência soberana que una todos os membros e partes, e todas as famílias e colégios, num corpo, já não é mais República” (Bodin). Estamos, então, em condições de compreender o que é “este grande Leviatã que é chamado de República ou Estado” (Hobbes). O que é ele? “Um homem artificial”, um genial e gigantesco autômato, criado “para defesa e proteção” dos homens naturais. (LEBRUN, 2009, p. 52)

Um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais é o fato das correlações de forças se investirem na ordem do poder político, constituindo o modelo estratégico ao invés do modelo do direito. Percebe-se as relações de poder em várias esferas, tais como econômica, política, social e as que se fazem

presentes na escola, em casa e na igreja. Por isso, tem-se um poder que se aplica à população, o biopoder, que constitui o corpo social, com seus fenômenos de crescimento e suas taxas de morte e de vida. Por outro lado, o poder também se constitui em um fenômeno em que só há o corpo, com seu conjunto de dispositivos e suas respectivas regras que atingem cada indivíduo, e em que não há a ideia de população. Portanto, há uma produção constante de saber-poder, trabalhando individualmente, mas produzindo, ao mesmo tempo, um efeito global. Assim, pode-se olhar essa relação dos pontos mais extremos e por vezes considerados insignificantes na análise do poder, o que se constitui em uma visão global e geral dessa nova tecnologia.

2.3 – Disciplina: localização dos dispositivos de poder via sexualidade

A sexualidade, como diz Foucault, não possui um “ímpeto rebelde” (FOUCAULT, 2010a, p. 114), apenas passa por um ponto relativamente denso nessas relações de poder.

Nas sociedades, pouco se fala sobre o sexo, logo, não há uma uniformidade nas manifestações sobre sua proibição e muitas vezes, quando expressas, apenas tentam reduzi-lo à sua função reprodutiva, traçando uma ordem que visa introduzir uma hierarquia no conhecimento sobre a sexualidade.

Além desse conhecimento sobre a sexualidade, pode-se observar um manual de regras que, mais que ser escrita, está impressa nas práticas do dia a dia da população, que tem um papel primordial de encaminhar a ordem naturalizada das posições de cada um nas malhas do poder e de manter um traço comum em nossa humanidade. O que se pode observar nessas práticas extraídas tanto nos arquivos quanto nas práticas discursivas é que sempre ocorre uma batalha em que os indivíduos buscam uma maior autonomia e um conhecimento que possa torná-los mais sábios e conseqüentemente fazê-los tomar posse de um lugar diferenciado nas

malhas existentes de poder. Nessa batalha, pode-se definir aqueles que são bons, privilegiados por determinado conhecimento.

Não há uma unanimidade entre os seres humanos em relação ao modo como encaram a sexualidade, pois sempre se busca a localização em determinados pontos aparentemente privilegiados de poder. O que os indivíduos fazem, na verdade, é trabalhar em prol das relações de poder que se constituem a todo instante.

Foucault afirma que, a partir do século XVIII, há quatro grandes conjuntos estratégicos que se desenvolveram: os “dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (FOUCAULT, 2010a, p. 114). Esses dispositivos se formaram separados, cada qual se desenvolvendo isoladamente, adquirindo características que eclodiram das relações e em uma produtividade constante no aparecimento do saber que será possível descrever nos arquivos.

O pensador das relações começa a localizar a aplicação do poder na pedagogização do sexo das crianças, na histerização do corpo da mulher, na socialização das condutas de procriação e, por último, na psiquiatrização do prazer perverso. Esses pontos “não nasceram juntos e formados, aos poucos assumiram coerência e uma eficácia na ordem do poder e produtividade na ordem do saber” (FOUCAULT, 2010a, p. 115) e, assim, podemos fazer uma descrição desses pontos independentes.

Esses pontos mostram uma preocupação com o sexo e, segundo o pensador, a figura da mulher histórica teria alcançado uma eficácia tática na ordem da psicanálise por volta do século XIX. A criança masturbadora e os adultos perversos seriam portadores de uma patologia que atendesse as relações de poder da pastoral cristã, sendo, assim, pontos privilegiados de um saber, no qual novas ciências buscam fixar seus estudos sobre a sexualidade. Nesse ponto, pode-se destacar que a sexualidade não deixa de passar pela criança, pois possui seu papel nas malhas do poder e perpassa por toda sua vida, atingindo a idade adulta.

Foucault começa a perceber que, desses pontos localizados, sexualidade é o nome que se dá a um dispositivo histórico, que constitui não somente o presente, mas também que perpassa a constituição dos indivíduos e tem como alvo o seu

corpo. Porém, há também a ideia do corpo social, na medida em que pode-se olhar a constituição da sociedade como um corpo maior, ou seja, como uma população.

Esse corpo é uma grande rede da superfície em que a “estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 117). Logo, por meio da sexualidade, o pensador coloca dois pontos a serem analisados, autonomamente, mas que se relacionam em determinado instante: o dispositivo de aliança e o dispositivo de sexualidade.

Foucault diz que as relações de sexualidade têm seu lugar na sociedade e se fazem presentes por meio de um dispositivo de aliança, que tem como principal característica o matrimônio, com a criação de famílias ligadas por laços sanguíneos, capazes de transmitir não só um bem, mas de manter nomes, com suas mordomias e privilégios. Esse dispositivo de aliança aos poucos perdeu a sua eficiência na medida em que as transformações econômicas e a conseqüente mudança política não pode mais encontrar suporte adequado para a manutenção das estruturas de privilégios passados de geração em geração.

Esse dispositivo de aliança se estruturou em torno de um sistema complexo de regras que definiu o que era permitido e o que era proibido, caracterizando a ilicitude de gestos. Assim, essa função coercitiva mantém na unidade no próprio discurso sobre a sexualidade certos medos e uma continuidade dos privilégios. Esse dispositivo ainda traz características econômicas de “transmissão de riqueza” (FOUCAULT, 2010a, p. 118), demonstrando uma ordem na continuação dos privilégios e ao mesmo tempo cria aqueles que, mais que desprivilegiados, são importantes por possuírem o papel de tornar o outro privilegiado.

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2010b, p. 244)

Mesmo nesse dispositivo, pode-se localizar uma dupla relação que ao colocar os bens como alvo de transmissão, já coloca em jogo uma relação de pessoas que se encaixam e se apropriam de determinadas situações que por muito tempo pareciam pontos imóveis e imutáveis.

Logo, o que se tem com o dispositivo de aliança é uma “homeostase do corpo social, a qual sua função é manter. Daí seu vínculo privilegiado como o direito” (FOUCAULT, 2010a, p. 117). Existe também seu caráter importantíssimo na reprodução não só de famílias, mas também dos bens transmitidos por elas. Há uma inclusão de alguns no circuito econômico e a exclusão de outros. Tais dispositivos não se mantêm e o genealogista mostra outro dispositivo que não exclui o primeiro, mas o encobre e traça uma nova maneira de se articular com o circuito econômico que a transmissão de bens ocasiona.

Nessa mudança do dispositivo de aliança para o dispositivo de sexualidade, ambos se ligam fortemente à sexualidade, formando uma relação que se transforma a todo instante. Enquanto o primeiro:

[...] se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo que produz e consome. (FOUCAULT, 2010a, p. 118)

O que é preciso captar é que o primeiro dispositivo possui uma função de manter as coisas como estão e define o lugar a ser ocupado por cada indivíduo no corpo social. Já o segundo dispositivo é aquele que visa não mais repetir o que o primeiro fez, mas “proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2010a, p. 118). Logo, pode-se perceber um duplo jogo em que não ocorre uma anulação mútua dos dispositivos, mas um trabalho autônomo, sendo que ambos permanecem funcionando juntos no corpo social.

Esse novo dispositivo de sexualidade é mutável, atingindo não mais um ponto específico, mas também mostrando a existência de uma rede de poderes que

se exprimem nos acontecimentos. Com o dispositivo de sexualidade, foi possível manter a sucessão de bens e de laços sanguíneos, mas de forma diferenciada, pois ele multiplicou as formas de controle e manteve os domínios. Portanto:

A sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder; esteve em expansão crescente a partir do século XVII; a articulação que a tem sustentado, desde então, não se ordena em função da reprodução; esta articulação, desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder. (FOUCAULT, 2010a, p. 118)

Foi a partir de um dispositivo da aliança que o da sexualidade achou o seu espaço e se instalou, recobrando o primeiro, mas não o excluindo. O pensador mostra que quando o primeiro dispositivo não se mantém devido à mudança das relações econômicas, o novo dispositivo busca formas diferentes que não têm mais um aspecto de dominação, mas que incita a localização e fixação em pontos determinados nas relações que satisfaçam a constituição das microrrelações de poder existentes no corpo social.

Foucault mostra que a “prática da penitência, depois o exame da consciência e por fim o da direção espiritual que foram o núcleo formador: o que estava causa no tribunal da penitência era o sexo como suporte de relações” (FOUCAULT, 2010a, p. 118). Inicialmente, as questões ligadas à sexualidade no dispositivo de aliança eram relativas ao comércio, podendo, assim, entrar no circuito econômico e por outro o que deveria ficar restrito. As casas de tolerância, mais conhecidas na atualidade como prostíbulos, são um exemplo dessas relações entre o dispositivo de aliança e o comércio e tinham como consequência relações entre as pessoas, criando um circuito econômico do prazer e do próprio capital.

Além de ser uma relação comercial, o dispositivo de sexualidade mostra também como o problema passou a se situar no corpo (bem como a sua necessidade pelo prazer) e as consequências dele nas relações que, ao invés de agirem repressivamente, agora criam um novo circuito econômico do prazer, visando a uma apreensão dos acontecimentos naquelas partes mais ínfimas.

A sexualidade estava brotando, nascendo de uma técnica de poder que, originariamente, estivera centrada na aliança. Desde então não parou de funcionar em atinência a um sistema de aliança e apoiando-se nele. A célula familiar, assim como foi valorizada durante o século XVIII, permitiu que em suas duas dimensões principais – o eixo marido-mulher e o eixo pais-filhos – se desenvolvessem os principais elementos do dispositivo de sexualidade (o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e, em menor proporção, sem dúvida, a especificação dos perversos). (FOUCAULT, 2010a, p. 119)

O dispositivo de aliança está centrado na proibição dos incestos, intensificando o papel dos afetos no seio familiar, multiplicando e reafirmando o papel da família. A recusa a esse papel seria as manobras de outro dispositivo, não mais centrado no direito, mas centrado nos circuitos econômicos do prazer. Essa fixação do dispositivo da aliança e da sexualidade na forma da família permite evidenciar alguns fatos. Primeiro, que a questão da sexualidade, que passava longe da questão familiar, começa a se aproximar da instituição familiar, por meio das instituições religiosas e das instituições de ensino com sua pedagogia disciplinar destinada a reforçar ainda mais os traços dos dispositivos de aliança da estrutura familiar.

Nessa questão familiar tem-se, como o primeiro ponto de aplicação desse dispositivo de sexualidade, a família que sofre as influências da pastoral cristã. Em seguida, há as crianças com uma educação voltada à disciplina desses dispositivos ligados à sexualidade, mas sendo pais e filhos os principais agentes responsáveis por manter essa relação de poder, e não mais a pastoral cristã. O pai teria como responsabilidade conduzir a vida sexual do filho e nessa relação eclode mais uma relação de poder, minúscula e que compõe o que o autor chama de rede de micropoderes, que forma o conjunto de um corpo social.

O dispositivo de sexualidade que se desenvolveu nas margens da instituição familiar vai, pouco a pouco, se concentrar na família, com o resquício do dispositivo da aliança, cuja crítica se manifestará no debate sobre educação pública ou privada e institucional ou familiar das crianças. Assim, o dispositivo de sexualidade se apoia em novas instituições, como a escola com sua pedagogização e a clínica médica com seus diagnósticos. Mais tarde, inclusive a psiquiatrização das relações ocorrerá

nesse contexto. Essas novas modalidades de tecnologia de poder multiplicaram as características das pessoas em suas relações, como:

A mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher. (FOUCAULT, 2010a, p. 123)

Se antes tinha-se o silêncio sobre o sexo, agora é necessário falar cada vez mais sobre ele. Há um novo modelo que conduz a uma sexualização global destinada a captar tudo o que se pode mensurar sobre a sexualidade. Essa sexualização torna-se importante para adestrar os indivíduos, vítimas de uma pedagogia disciplinar destinada a introduzir todos no ciclo de uma família, como na relação médico-paciente na busca de uma cura para tornar os indivíduos sexualmente integráveis no sistema familiar. “Neste espaço de manobra veio alojar-se a psicanálise, mas para modificar consideravelmente o regime das inquietações e certezas” (FOUCAULT, 2010a, p. 122).

A política do sexo não põe em ação, fundamentalmente, a lei de interdição, mas todo um aparato técnico, e tratando-se antes da produção da “sexualidade” do que da repressão do sexo, é preciso abandonar este tipo de demarcação, defasar a análise com relação ao problema da “força de trabalho” e abandonar, sem dúvida, o energismo difuso que sustém o tema de uma sexualidade reprimida por motivos econômicos. (FOUCAULT, 2010a, p. 125)

A regulação das populações buscou aperfeiçoar as estratégias que passam pelas famílias, que têm um papel fundamental na produção da sexualização, buscando criar o maior número de utilidades para a sexualização possíveis e não mais reduzir a sexualidade a um circuito econômico.

A história da sexualidade pode ser centrada nos mecanismos de repressão e conseqüentemente pressupõe duas rupturas. A primeira é aquela ligada às “grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquivia obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos a

linguagem” (FOUCAULT, 2010a, p. 126). A segunda se refere, a partir do século XX, ao início de um alargamento sobre a questão da sexualidade, surgindo uma tolerância em relação às proibições ligadas a essa questão, inclusive eliminando algumas dessas proibições e censuras antes localizadas nas leis e “em grande parte os tabus que pesavam sobre a sexualidade” (FOUCAULT, 2010a, p. 126).

Ora, nesse mesmo fim do século XVIII, e por motivos que será preciso determinar, nascia uma tecnologia do sexo inteiramente nova; nova porque sem ser realmente independente da temática do pecado escapava basicamente, à instituição eclesiástica. Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia o sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de estado; ainda melhor, uma questão em que, todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. (FOUCAULT, 2010a, p. 126)

Foucault mostra como essa tecnologia do poder está espalhada no corpo social, uma vez que ela perpassa pela vida do indivíduo quando criança, por meio da família, mais tarde na escola e por toda a vida na instituição religiosa. O indivíduo é colocado em um ciclo e convocado a tomar seu devido lugar, multiplicando e inovando na vigilância constante de um corpo determinado a seguir os dispositivos de poder que se mesclam e seguem determinando e assujeitando os indivíduos.

Uma grande novidade é que o sexo não se restringe ao negócio de Estado, mas alcança pontos que nem mesmo o poder público poderia alcançar. Com essa tecnologia de poder, o pensador mostra como é capilar essa tecnologia que toma formas e modelos que mudam a constituição e reconfiguração do sexo no corpo social.

Essa tecnologia do sexo se institui em torno da instituição médica, pois possui um “projeto político, de organizar a gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências” (FOUCAULT, 2010a, p. 129). O sexo, antes reduzido, ganha sua figura real, pois além de ser um ato de prazer dita também os nascimentos. O estado passa a possuir um papel importante ao quantificar a fecundidade e polir os excessos. Dessa maneira, é possível perceber como a sexualidade ganha novos pontos de fixação nessa manobra de controle, em que a

própria “psiquiatria manobrou para conseguir ser reconhecida como parte da higiene pública” (FOUCAULT, 2010b, p. 255).

Toda uma prática social, cuja forma ao mesmo tempo exagerada e coerente foi o racismo de Estado, deu a essa tecnologia do sexo um poder temível e longínquos efeitos. (FOUCAULT, 2010a, p. 130)

O pensador mostra o quão temível se torna os efeitos e o alcance desses dispositivos de poder que emergem das relações, constatando que o racismo é um acontecimento ligado à sexualidade, imprimindo nos indivíduos determinadas características, sendo que qualquer outro ponto fora dessa estrutura passa a ser problema de Estado, questão cultural que por vezes deve ser eliminada.

Um exemplo de um temeroso acontecimento seria quando ocorre uma ruptura na constituição de micropoderes que, na tentativa de evitar mudanças drásticas, se recodifica, causando um efeito singular, mas que atinge toda a cadeia de acontecimentos e traz uma nova reconfiguração nas malhas de poder.

“Quanto aos mecanismos de sexualização, estes penetraram lentamente em tais camadas” (FOUCAULT, 2010a, p. 133), que se constituem no problema da natalidade e da organização das famílias por meio de um controle político e econômico e em um controle médico e judiciário das perversões.

“Pode-se dizer que, então, o dispositivo de sexualidade, elaborado de acordo com suas formas mais complexas e mais intensas para e pelas classes privilegiadas, difundiu-se no corpo social como um todo” (FOUCAULT, 2010a, p. 133). O pensador mostra que antes existiam mecanismos de poder no formato de confissão nas instituições religiosas, que direcionavam e aplicavam exames que verificavam se o indivíduo seguia as regras. Agora há tecnologias médicas sobre o sexo que garantem uma nova modalidade de relações de poder, que traça metas sobre a sexualidade. Enquanto o primeiro mecanismo localiza um ponto de aplicação das técnicas, o outro mostra o ponto de difusão e aplicação na própria história. Por exemplo, a família foi o primeiro ponto de psiquiatrização ao inventar uma nova tecnologia racional de correção. As camadas mais populosas escaparam por muito tempo do dispositivo de sexualidade, que teve como alvo inicial a

burguesia e a aristocracia. O dispositivo de sexualidade, elaborado de acordo com suas formas mais complexas e mais intensas para e pelas classes privilegiadas, difundiu-se no corpo social como um todo, porém, não recebeu em todo lugar as mesmas formas.

O sexo foi um ponto importante e passível de preocupação pela burguesia, uma vez que foi por meio dele que ocorreu uma contaminação do sangue burguês, que perdeu sua pureza, dispersou a ideia da continuidade de forma consequente e mostrou a eclosão das diferenças, preocupando muito a burguesia. Todas essas diferenças colocam em jogo a dominação de certa classe ao mostrar pontos de localização de cada indivíduo no corpo social, que agora passa a ser não mais destinado a poucos, mas colocado à disposição de muitos indivíduos que podem se localizar em pontos antes privilegiados. Machado (2010) diz que, para Foucault, a preocupação entre o sexo e o corpo está ligada ao racismo, que é “o essencial do livro” (MACHADO, 2010, p. 270).

Sim, com efeito, no momento em que os historiadores da nobreza como Boulainvilliers cantavam o sangue nobre dizendo que ele trazia em si qualidades físicas de coragem, de virtude, de energia, houve uma correlação entre as teorias da geração e os temas aristocráticos. Mas o que é novo, no século, XIX, é o aparecimento de uma biologia de tipo racista, inteiramente centrada em torno da concepção da degenerescência. O racismo não foi inicialmente uma ideologia política. Era uma ideologia científica que podia ser encontrada em toda parte. (FOUCAULT, 2010b, p. 270)

A burguesia, ao assumir um corpo com uma sexualidade, garantiu uma força capaz de manter uma estrutura social por meio do dispositivo de sexualidade, que criou uma consciência de sua própria localidade e a afirmação de seus privilégios.

Foucault coloca em questão se a sexualidade é de origem burguesa, se há sexualidade de classe ou se ela é originária e “historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classes específicos” (FOUCAULT, 2010a, p. 139), uma vez que, “tivemos, portanto, no decorrer do século XIX, uma generalização do dispositivo de sexualidade, a partir de um foco hegemônico” (FOUCAULT, 2010a, p. 139). O pensador, atento à ideia de

uma repressão que aconteceu em níveis diferentes, criou uma interdição que por ora cobriria o interdito sexual, colocando um obstáculo a sua difusão, que ficou restrita a poucos.

Por isso, por muito tempo a sexualidade era vista como autoritária, pois tudo deve ser submetido aos regulamentos da lei, o que criou uma diferenciação dentro do corpo social. Logo, “a diferenciação do corpo social não se afirmará pela qualidade sexual do corpo, mas pela intensidade da sua repressão” (FOUCAULT, 2010a, p. 141). Agora se pode “reinterpretar todo o dispositivo de sexualidade em termos de repressão generalizada; vincular tais mecanismos gerais de dominação e de exploração” (FOUCAULT, 2010a, p. 143). As instituições mudam seu ponto de aplicação, uma vez que, ao incitar os indivíduos a falar do sexo, o que acontece é o inverso: ocorre uma repressão constante. A cada nova incitação, haverá uma nova repetição do que se pode ou não sobre a sexualidade. Assim, se constitui o corpo social, que se reconfigura a cada instante, sendo de difícil captação e impossibilitando uma interpretação. Logo, Foucault percebe que a análise dos arquivos propiciará um entendimento sobre determinados momentos, via decifração.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: A VONTADE DE SABER

3.1 – Recorte histórico: a instituição religiosa e seu papel repressivo

Após uma minuciosa apresentação da metodologia e das bases conceituais de poder de Foucault, realizada nos capítulos anteriores, neste último capítulo será apresentado a análise genealógica do texto **História da sexualidade I: a vontade de saber** (FOUCAULT, 2010a), obra em que o pensador se dedica a analisar como a sexualidade, mais que reprimida, foi o que tornou possível evidenciar o poder, por meio de sua intensificação e manifestação nas sociedades modernas.

O pensador fará uma crítica fundamental à sociedade capitalista, comparando o século XVII, época em que vigorava um regime de “franqueza” (FOUCAULT, 2010a, p. 9), ao século XIX, momento em que a sexualidade foi silenciada, possuindo espaço apenas na família com uma função meramente reprodutiva.

A burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela compreende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas. E foi assim que a burguesia fez não somente uma revolução política; ela soube instaurar uma hegemonia social que nunca mais perdeu. Eis porque todas estas invenções foram tão importantes e Bentham, sem dúvida, um dos inventores de tecnologia do poder mais exemplares. (FOUCAULT, 2010b, p. 218)

Foucault mostra, na citação acima, que há posições distintas nas relações de poder existentes nas sociedades e que, para manter a hegemonia de uma sobre a outra, deve haver uma constituição de um corpo social capaz de manter as diferenças. O pensador chama a atenção para o fato de a burguesia manter-se como hegemônica e cita o importante pensador do utilitarismo moderno, **Jeremy Bentham**, que se dedicou ao estudo do comportamento humano nas prisões

inglesas, mostrando a função da disciplina de cada preso e a vigilância constante sobre cada um, o que já na época evidenciou os dispositivos de vigilância.

Ao mesmo tempo em que existem esses saberes sobre o comportamento humano, o pensador percebe a existência de pontos de resistência a saberes contrários e propõe outras indagações a esse respeito.

Foucault percebe que foi na sexualidade humana que se intensificou o maior aparato de poder, responsável por manter cada engrenagem, e que foi pela sexualidade que surgiu a possibilidade de captar e colocar cada indivíduo em um dos pontos existentes dentro das engrenagens que formam todo o corpo social. A questão da sexualidade, antes estudada e dissecada pelas instituições religiosas, passou a ser questão da família, dos médicos e dos psiquiatras, nas escolas e até no sistema judiciário. Será na sexualidade que haverá a passagem aos regimes dos quais nenhum indivíduo escapa.

Se antes as instituições religiosas ditavam as regras sobre a conduta humana, ao não conseguir manter-se com tamanha responsabilidade, a questão passa para outras instituições como a família, que se torna essencial na manutenção de seu rigor estrutural. Será no seio familiar que ocorrerá uma imposição de “leis” (FOUCAULT, 2010a, p. 9). As instituições religiosas passam a possuir um papel secundário ao reforçar a estrutura social existente.

Como as relações de poder se rearticulam constantemente nas malhas do poder, a pastoral cristã não mais consegue agir autoritariamente e, então, passa a agir conjuntamente com outras engrenagens de um complexo corpo social, constituído pela escola, pela polícia, pela justiça, pelo consultório médico, etc. Ocorre uma reorientação dos mecanismos de poder em seus mais diversos papéis, ora dominantes, ora submissos, mas cuja finalidade é sempre atender às emergências da vida individual, mas sempre capazes também de refletir na vida coletiva de toda a sociedade.

Foucault mostra que, por meio da sexualidade, foi possível atingir todos os indivíduos no processo de subjetivação na estrutura de um corpo social, destinado a manter os privilégios de uma antiga sociedade autoritária que perde seu espaço, mas busca uma reconfiguração, traçando novas estratégias, criando um novo

espaço de forma disciplinar. Se não foi mais possível manter-se de forma repressiva, a tática se transforma e passa a ter um caráter disciplinador.

Ainda nos mostra que, no auge de uma sociedade autoritária, existia uma excessiva garantia de verdade sobre tudo o que se podia dizer ou falar sobre o sexo, e foram as igrejas que, por muito tempo, regulamentaram o que era aceito nas questões relativas à sexualidade humana. Esse poder por muito tempo ditou o que se podia dizer, imprimindo em qualquer discurso sobre a sexualidade um aspecto meramente negativo.

Porém, ao analisar o poder e sua constante reconfiguração, percebe-se uma constante mudança na dinâmica social, pois o ser humano, antes predominantemente camponês, tornou-se um trabalhador na sociedade, consumindo e buscando novas formas de prazer que não mais somente o trabalho. Foucault (2010a) afirma que, durante a revolução industrial, as utilidades mudam e alteram os desejos, sendo que a prioridade é produzir o máximo de mercadorias para criar um ciclo de econômico. Assim, as relações dentro da própria família mudaram, pois as energias são canalizadas para outros campos da vida humana e não somente na busca de um prazer sexual para a reprodução.

Foucault mostra que foi na instituição eclesiástica que ocorreu uma nova articulação, para não se perder diante dessas novas configurações das famílias na sociedade. O pensador observa os procedimentos de confissão, destinados a ditar regras por meio da espiritualidade e corporeidade, além de um papel destinado a controlar uma multidão de pessoas.

A passagem do século passado para a nossa atualidade traz consideráveis mudanças e aspectos importantes na análise das relações de poder, mostrando as reconfigurações das formas de poder do próprio estado que não mais agem repressivamente e agora regulam a conduta humana, diante dos novos mecanismos de poder. Se antes a pastoral cristã servia como um aparelho repressor de condutas proibidas, agora a tática muda, pois ocorre uma estratégia capaz de reorientar a conduta sexual dos indivíduos. Se existe a proibição de falar sobre o sexo, “o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como um ar de transgressão deliberada” (FOUCAULT, 2010a, p. 11). Logo:

Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo. (FOUCAULT, 2010a, p. 12)

Falar de sexo, portanto, seria uma forma de “desafiar a ordem estabelecida” (FOUCAULT, 2010a, p. 13), mas que também faz surgir efeitos variados, uma vez que instituições começam a ditar normas que disciplinam os indivíduos, colocando a cada um a responsabilidade de vigiar e corrigir os comportamentos dos que estão ao lado e contrários às estruturas que mudam, ainda que lentamente, atendendo às emergências de uma complexa relação de poder.

Foi tendo em vista o sexo que Foucault formula sua questão, pois será por meio dele que se alcança qualquer indivíduo em seus aspectos mais pessoais, como nos desejos e nas proibições. Portanto, a sexualidade humana mostra qual o papel de cada instituição, as respectivas mudanças de direção e o modo pelo qual se intervém no corpo social. Se antes havia uma repressão sobre a sexualidade, proibindo as condutas e os prazeres humanos, agora emergem instituições que mantêm uma ordem que se efetive nas relações de poder.

As malhas do poder mostram o surgimento de novas técnicas que articulam as relações e demonstram um caráter muito mais forte na medida em que, espalhadas por toda a espessura do corpo social, atingem os pontos mais extremos até aqueles mais centrais, moldando e disciplinando cada indivíduo. Segundo Foucault, ocorreu um redirecionamento da questão do poder, explicado em uma entrevista presente na obra **Microfísica do Poder** (FOUCAULT, 2010a). O poder não se exerce de forma repressiva: ele se adequa às relações alcançando as pessoas e as instituições.

No primeiro volume, trata-se de um exame por alto de alguma coisa cuja existência permanente no Ocidente dificilmente pode ser negada: os procedimentos regulamentados de confissão do sexo, da sexualidade e dos prazeres sexuais. Mas é verdade: estes procedimentos foram profundamente transformados em certos momentos, em condições frequentemente difíceis de explicar. Assiste-se, no século XVIII, a um desmoronamento muito nítido, não

da coação ou da imposição à confissão, mas do refinamento nas técnicas da confissão. Nesta época, em que a direção de consciência e a confissão perderam o essencial de seu papel, vê-se aparecer técnicas médicas brutais, do tipo: ande, conte-nos sua história, conte-a por escrito. (FOUCAULT, 2010b, p. 263)

O pensador francês, estando atento aos processos históricos, com seus vencedores e derrotados, percebe a passagem de um regime opressor, com a marcante figura da autoridade, para aquele regime disciplinar. Para ele, ocorre uma drástica mudança nas relações de poder de um século para o outro, pois, se antes havia um poder autoritário, agora existe um poder disciplinar destinado a colocar cada indivíduo em sua função, garantindo a ordem dos micropoderes. Será importante destacar como a ideia de poder foi invertida e reinventada. O poder deixa de ser pensado apenas como essencialmente dominador, repressivo, de cima para baixo, e agora pode ser visto sob outro aspecto, pois pode falar de um poder que eclode de baixo para cima, colocando cada indivíduo como responsável pela sustentação de uma ordem que mantém disciplina e na qual a sexualidade se torna um dispositivo.

Nesse regime de poder, as relações estão ligadas à individualidade, colocando o prazer como ponto importante, uma vez que a conduta humana atende aos anseios sociais, permitindo ser recompensado e aderindo à norma estabelecida. Assim, se estabelece o discurso sobre a sexualidade humana.

A repressão da sexualidade foi a “ligação entre poder, saber e sexualidade” (FOUCAULT, 2010a, p. 11), que só poderá ser mudado por meio da “transgressão das leis e da suspensão das interdições das instituições e toda uma substituição do prazer real e toda uma nova economia dos mecanismos de poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 11). Lebrun completa a ideia de poder foucaultiano dizendo que “o poder é instaurador de normas, mais que de leis” (LEBRUN, 2009, p. 20).

Esse discurso sobre a repressão do sexo que Foucault chama tanto a atenção diz respeito à alternância entre repressão e liberação da sexualidade na atual sociedade, que sustenta a possibilidade de olhar para o sexo como algo que perpassa toda a nossa história. Logo, o pensador mostra que, em determinado momento, houve certa liberdade, pois se falava sobre o sexo normalmente, mas, de

repente ocorreu uma inversão, devido ao aparecimento de uma nova economia em que os indivíduos ajudam a constituir as engrenagens de um mercado do tipo capitalista. Assim, a repressão à sexualidade permitiu captar toda a energia das pessoas, para então ser dissipada apenas no trabalho e raras vezes na reprodução humana, sempre afastada de qualquer prazer possível.

Foucault mostra como o poder não é de fácil análise, mas, quando analisado juntamente com a repressão, a tarefa se torna mais fácil, uma vez que, diante de determinações sobre a conduta humana, surge outra estrutura contrária, destinada a dizer não, como uma “consciência de desafiar a ordem estabelecida” (FOUCAULT, 2010a, p. 13). Portanto, o pensador está mostrando uma primeira transgressão de forma repressiva ao poder estabelecido e uma ruptura com o silêncio sobre o que é o sexo, mas que se inverte ao buscar na proibição uma forma de captar os indivíduos que buscam a transgressão como forma de se adequar a outra estrutura.

Trata-se, em suma, de interrogar o caso de uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar. (LEBRUN, 2009, p. 20)

Portanto, tem-se o que é próprio do poder, como ele funciona em nossa sociedade, repressivamente, principalmente voltado a “atingir as energias inúteis, as entidades dos prazeres e as condutas irregulares” (FOUCAULT, 2010a, p. 16). Foucault mostra que a liberação dos efeitos desse poder não será tarefa rápida e simples e “uma única denúncia não seria capaz de libertar-nos” (FOUCAULT, 2010a, p. 16).

Ao questionar sobre as questões sexuais, ferem-se os “princípios intrínsecos do poder” (REVEL, 2011, p. 120), que se choca diretamente com a linguagem histórica. Desse caráter repressivo do poder, Foucault levanta algumas hipóteses: seria a questão da repressão do sexo uma evidência histórica, ou seja, que advém de um regime autoritário que proíbe a sexualidade humana? Como esse mecanismo repressivo do poder pode ocorrer de formas variadas, por meio da interdição, da intervenção, da censura e da negação da forma como age, ligando esse método a

questão histórico-teórica? Por fim, trata-se de um discurso crítico, que se dirige à repressão e que cruza com mecanismo do poder, como uma questão histórico-política.

Portanto, o poder não é objeto central de aplicação no indivíduo, mas o indivíduo como eclosão desse poder, ou seja, uma disciplina em todos que sustentará os poderes¹⁷. Logo, o poder não existe só, mas se constituirá nas relações.

Percebemos as relações de poder em várias esferas, tais como: econômica, política, social, na escola, em casa, na igreja... De modo que no princípio das relações de poder, não existe como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominantes e dominados. (LEBRUN, 2009, p. 20)

Segundo Foucault, é possível observar certa ligação entre o sexo e o discurso, em que há o “sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo mundo e a promessa de uma certa felicidade” (FOUCAULT, 2010B, p. 14). O lirismo e a religiosidade usaram essa questão para fundamentar suas bases. A instituição religiosa foi uma das engrenagens com maior ramificação, atingindo uma grande quantidade de pontos em uma complexa estrutura social.

3.2 – Mecânica do poder, a confissão, o discurso e a implantação

No capítulo anterior, estudou-se como Foucault mostra a questão da repressão nas sociedades burguesas em expansão, pois pairava em toda a comunidade um discurso dominante, em que os indivíduos estavam proibidos de pronunciar qualquer palavra ligada ao sexo.

Atento às transformações históricas, o filósofo percebe como a tática proibicionista mudou seu modo de ação. A instituição religiosa censurou, calou e domesticou os indivíduos. Mas a tática proibicionista muda e agora dá lugar à incitação para, assim, poder captar o que está acontecendo na vida das pessoas e posteriormente fazer uma análise mais apurada da confissão de cada indivíduo e

¹⁷ Pode-se perceber a ideia dos micropoderes abrangendo as mais diversas instituições e sua ligação com os indivíduos na constituição do texto **Microfísica do poder**.

ditar os afazeres de um casal, criando uma pedagogia disciplinar a ser mantida pela família tradicional.

É preciso, nas narrativas, o maior e mais extenso detalhamento; só podemos julgar o que a paixão que contaís tem de relativo aos costumes e às características do homem, na medida em que não disfarceis nenhuma circunstância; as menores circunstâncias servem, aliás, infinitamente, ao que esperamos de vossas narrativas. (FOUCAULT, 2010a, p. 27)

Nessas narrativas, Foucault mostra como a instituição religiosa usou dos mais diversos discursos durante as confissões, captando o maior número de detalhes possível, extraindo de cada pessoa a maior quantidade de ações contrárias às leis, sejam elas jurídicas ou morais. A partir daí, as instituições eclesiásticas criaram e aperfeiçoaram a norma, que se baseou na confissão dos pecadores. Segundo Foucault, a instituição religiosa buscou um método capaz de colocar tudo que advém do sexo em uma linguagem que torna as ações aceitáveis pela tradição moralista das sociedades burguesas.

Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. (FOUCAULT, 2010b, p. 182)

Foucault defende que não podemos deixar de observar atentamente as instituições religiosas, pois sua função extrapola a ideia de um caminho certo para a felicidade. Essa instituição, com sua capilaridade nas sociedades, consegue alcançar um número impressionante de pessoas e passa a ditar normas para um bom convívio social e com o próprio Deus.

Aos poucos, ocorre um aperfeiçoamento constante desse mecanismo que forma indivíduos dóceis, capazes de aderir às regras religiosas sem questionar essa assujeitação. Logo, será nesse confessionário que ocorrerá o desenvolvimento de

estratégias capazes de gerir não somente cada indivíduo dentro de sua casa como também conduzir os passos de toda a população.

Foucault mostra que nos confessionários pode-se captar a questão do prazer das pessoas, ligado aos aspectos físicos do corpo e da mente humana. Foi aí que toda a engrenagem da pastoral cristã se desenvolveu. Ela soube captar cada desejo e nele debruçar o seu olhar, percebendo um ponto comum a todos e, a partir disso, foi possível traçar uma singularidade em toda a comunidade religiosa.

O pensador vai mostrando, com a **História da sexualidade**, como o debate sobre os desejos mundanos foram escondidos, embora tenha sofrido uma forte apreensão nos confessionários. Assim, ocorreu uma imensa reconfiguração do que seria o próprio desejo humano. A instituição religiosa agora instaura um modelo policial, cujo objetivo é reprimir manifestações de afeto para manter as aparências de um símbolo familiar.

“Por volta do século XVIII surge uma incitação política, econômica, técnica a falar do sexo” (FOUCAULT, 2010a, p. 30), uma forma a analisá-lo, contabilizá-lo, classificá-lo e especificá-lo, tudo feito por meio de pesquisas para contar e quantificar a sexualidade humana.

Embora o discurso não possa ser captado devido às transformações políticas de cada tempo, ele traz consigo evidências de aspectos moralistas destinados a dizer o papel de cada indivíduo dentro da família. “Nesse momento nem os filósofos conseguiram encarar com facilidade questões objetivas como a do sexo, por este se situar entre a repugnância e o ridículo” (FOUCAULT, 2010a, p. 30) e estar próximo à “hipocrisia e ao escândalo” (FOUCAULT, 2010a, p. 30). Logo, ocorre uma orientação das condutas sexuais, ditando a finalidade precípua de reprodução e regulando a natalidade.

“O sexo administra-se, exige procedimentos de gestão, e quando falado deve não mais estar entre o lícito e o ilícito” (FOUCAULT, 2010a, p. 30), mas sim ser inserido em nossos “sistemas de utilidade” (FOUCAULT, 2010a, p. 31). Daí surgem diversas observações sobre o sexo com suas implicações e seus efeitos.

Em suma, o discurso sobre o sexo torna-se “questão de polícia” (FOUCAULT, 2010a, p. 31), devido ao seu sentido pleno e forte. “Polícia do sexo:

isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2010a, p. 31).

A vida sexual de toda a população passa a ser observada em seus detalhes, localizando-se pontos de intervenção nas práticas. Foucault começa a perceber a existência de uma ordem no campo político, biológico, nas relações humanas e na sexualidade em si. A partir desse contexto, o pensador começa a desenvolver o que ele chamará de biopolítica.

Foucault localiza na sexualidade humana uma série de disputas entre a vontade dos indivíduos, o Estado e as instituições religiosas. Será importante verificar cada atitude, gesto e movimento sobre as práticas sexuais que devem ser conduzidas por leis determinadas a controlar todo o corpo social. Nesse momento, o olhar se volta não mais para condutas individualizadas, mas, pelo contrário, para uma preocupação constante com o conjunto de indivíduos e instituições, formando uma população com seus mais diversos fenômenos.

Muitas novidades surgem com essas técnicas de poder: uma ideia de população e, conseqüentemente, seus problemas políticos e econômicos a serem solucionados, exigindo normas e regras capazes de colocar uma ordem geral capaz de alcançar os afazeres das instituições como a família, a polícia, a igreja, a escola, o consultório médico, a cadeia e até a economia de um Estado.

A análise da população nos mostra uma enorme complexidade de fenômenos, apresentando imensos princípios sobre a vida em comunidade, tais como a natalidade, mortalidade, saúde, educação, violência, etc. O pensador chama a atenção para a questão da sexualidade e sua implicação nessas relações em sociedade, ligando a questão da sexualidade a todos os fenômenos possíveis, uma vez que existe um enorme exercício de micropoderes espalhados por toda a estrutura de um corpo social.

É por meio da sexualidade que se pode evidenciar os dispositivos de poder e principalmente os regulamentos disciplinares, que se aplicam às práticas individuais. Até a sexualidade dos adolescentes torna-se um problema público e um objeto de interesse do Estado, cuja primeira intervenção se dará nas escolas, por meio das disciplinas que passam a permear as questões relativas à sexualidade das

crianças. Essa intervenção se efetiva por meio de leituras e orientações sexuais. Temos a escola e suas leituras sobre a moralidade humana e os conselhos médicos capazes de construir um comportamento social a fim de edificar um complexo social que todos aderem sem repulsa alguma.

Cada passo da sexualidade infantil até a adolescência será controlado e vigiado constantemente para marcar na vida a função do sexo. Tal finalidade se encontra com os ditames da instituição religiosa que busca afastar os adolescentes do pecado da carne, mas também busca uma aproximação das proibições relativas à sexualidade humana. Nesse momento, o pensador mostra como a questão tornou-se coletiva, destinada a afastar qualquer um de práticas não aceitas pela instituição religiosa, utilizando-se de instituições judiciárias, hospitalares e escolares como um aparato intervencionista, que se efetiva com a instituição policlesca.

Pode-se destacar a escola como uma das instituições mais importantes na disciplinarização das crianças, ensinadas a policiar o que o outro fala. Quando um aluno colocava um discurso à parte do que se permitia, aqueles que estavam à sua volta já tinham a função de recolocá-lo em seu devido lugar ou até denunciar a dita transgressão.

Ao mesmo tempo em que ocorre esse discurso repressivo sobre o que é o sexo, cria-se uma força de resistência, capaz de falar livremente o que ele é, e daí a ideia de relações de poder. Quando ocorre a excitação, incitação e a repressão à sexualidade, também ocorre uma contrapartida, surgindo discursos clandestinos. “É o Estado que produz e gere as culturas e as ‘artes de viver’, os indivíduos desaparecem sob as funções delegadas” (LEBRUN, 2009, p. 85).

Se durante a Idade Média ocorreu uma organização sobre o tema da carne e as práticas da confissão, agora ocorre uma ruptura com a repressão imposta e surgem discursos contrários, que não podem mais ser considerados clandestinos, devido à sua capilaridade em nossa sociedade moderna.

Foucault diz que, por volta do século XVIII, as questões relativas à sexualidade humana foram intensificadas e difundidas, o que fez com que surgisse uma grande diversidade sexual nas sociedades burguesas. O sexo entre o marido e mulher, que já era demasiadamente regrado, agora passa por uma intervenção

maciça com um enorme número de recomendações das instituições religiosas, médicas, educacionais e até do próprio Estado, que passam a se preocupar com o crescimento e desenvolvimento da população.

Os códigos de condutas aplicaram suas ações de controle e disciplina na reorientação dos costumes da vida sexual de cada família. Ocorre uma preocupação constante com os prazeres fora da esfera permitida pela tradição religiosa, momento em que o autor mostra como sempre existiu e ainda existem as casas de tolerância, hoje conhecidas como prostíbulos, locais onde o prazer ocorre a determinado preço.

Daí surge uma lista de pecados como o adultério, o estupro, os incestos e a homossexualidade como formas de punir aqueles que transgridem os limites impostos ao laço matrimonial. Mas o pensador mostra como o alvo de intervenção muda. Se primeiramente o ponto de aplicação da norma jurídica punitiva sobre a conduta humana recaia sobre os casais, ela passa a se reorientar em direção às crianças, aos loucos e aos criminosos que, de alguma forma, se colocam à margem do sistema social decretado como o de direito.

Se antes ocorria a repressão, o foco agora muda, atendendo às necessidades emergenciais de controle, pois não se poderia mais considerar crime o que uma sociedade inteira estava cometendo. Portanto, agora se observa como ocorrem as relações de poder. Se antes existia a penalidade, agora haverá o adestramento da sociedade. Desse modo, as técnicas de poder se desenvolvem e multiplicam suas articulações, atingindo mais pessoas e produzindo os mais diversos efeitos.

É por isso que o poder não é uma função qualquer na cidade: “é a *origem* da cidade, é a causa da sociedade dos associados”. Sem a soberania, ninguém teria aquela *confiança mínima* que é necessária para que se sinta membro de uma sociedade. “*Dominus originarius*”: esta expressão de Kant significa que o poder é menos aquilo que domina os súditos, que aquilo que cria os cidadãos. (LEBRUN, 2009, p. 52)

Foucault percebe como o poder não pode ser observado isoladamente, extraído da sociedade como um conceito unitário, pois o poder está em constate

remodelação e, portanto, há relações de poder que mostram uma domesticação dos indivíduos, que os coloca dentro dos limites do que se espera de um cidadão. Ao mesmo tempo em que ocorre uma busca das transgressões, também ocorre uma individualização das condutas destinadas a especificar a função de cada um. Portanto, o poder deve ser observado pela sexualidade humana.

Assim, tem-se condições de mostrar como funciona essa nova forma de poder que, para Foucault, se constitui em uma positividade. Diversas relações de poder se constituíram por meio de questões sexuais, com o surgimento de um aparato tecnológico que interfere, muda, recodifica o outro e a si próprio. Serão instituições como as médicas, escolares, policiais e católicas que mostrarão o que é normal e o que é anormal.

Logo, será na sexualidade que o poder ganhará uma nova ideia, pois é nele que se pode observar um detalhamento, uma dissecação de qualquer sexualidade, para ali localizar os jogos de repressão, incitação e excitação.

Por meio da sexualidade, se evidencia um jogo de poder em que há uma relação de repressão na qual algo se sobrepõe a outro elemento. Tem-se uma incitação na medida em que as pessoas são induzidas a se comportarem de certa maneira, aderindo ou sendo colocadas em determinações que se constituem nas relações. Por fim, há uma recompensa àqueles que aderem aos jogos de poder que vão se constituindo, causando um prazer ao corpo e assim aumentando a eficácia do domínio e a extensão de um controle por parte do Estado.

3.3 – Dispositivo de sexualidade: a confissão

Nos textos de 1970, o pensador francês descreve o dispositivo de sexualidade. Como já dito anteriormente, o dispositivo é o objeto de descrição genealógica. Cabe ressaltar que nessa nova análise Foucault introduz a problemática do poder e sua relação com o discurso envolvendo a sexualidade. Para o pensador, o dispositivo é geral, mas possui múltiplas variações, como o dispositivo

de sexualidade, dispositivo de saber, dispositivo de verdade, dispositivo de aliança, dispositivo carcerário, dispositivo de diagnóstico, etc.

A sociedade que se desenvolveu no século XVIII, burguesa, capitalista e industrial, não reagiu ao sexo contestando-o, mas sim instaurou um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele regulando o que seria normal. Desse contexto, surgem uma série de discursos heterogêneos que passam por um confessorário, cujo objetivo é homogeneizar os acontecimentos ao causar a aparente apreensão de uma única verdade.

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2010a, p. 244)

Não há dispositivo que não se relacione com outro elemento, pois se tratam de relações que podem ser estabelecidas entre diversos elementos que, longe de possuírem uma característica uniforme, ocultaram ou justificaram determinadas práticas, explicando e assim ampliando o campo de possibilidades de um determinado saber.

Gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (FOUCAULT, 2010b, p. 244)

Segundo Foucault, os dispositivos em algum momento surgiram para responder a determinadas urgências com uma função meramente estratégica. Pode-se destacar algumas instituições que, respondendo às urgências, deram origem aos

seguintes dispositivos: na igreja, à confissão; na polícia, ao controle; na prisão, à punição; na escola, ao ensino; no hospital, ao diagnóstico; entre outros.

Portanto, o dispositivo traz a ideia de forças não necessariamente repressivas, pois os sujeitos aderem a elas, tomando posse dessas ideias em um determinado local. Os dispositivos podem ser percebidos na ação por meio do controle, cuja resistência faz parte desse sistema.

O diagnóstico que se pode fazer consiste em mostrar que há mecanismos de formação e produção de subjetividade. Com o dispositivo existem ganhos, pois muitos sujeitos aderem a ele com muita felicidade, mostrando seu aspecto de filosofia prática. Se o dispositivo é o modo como o poder é exercido, o de sexualidade será mais específico, no qual o pensador percebe o poder na prática e, a cada disputa, surgem novas estratégias, gerando novos sujeitos. Por exemplo, entre as relações sexuais, fixou-se uma preocupação médica, capaz de diagnosticar as relações dentro e fora de casa, como uma maneira de intervir na conduta humana. Foi colocada como objeto de alcance a higiene pública, para manter um rigor físico da própria sociedade, pois a pureza moral não mais está só, devendo ser complementada com a vida biológica.

Só pode haver desconhecimento sobre a base de uma relação fundamental com a verdade, pois esta, quando se esconde e se mascara, proporciona táticas que surgem como sobreposição, capazes de criar uma forma essencial de saber. Foucault estabelece a seguinte definição para dispositivo: “[...] estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2010b, p. 246). O sexo tornou-se objeto de fenômenos ligados ao biológico, como sensações e prazeres, e ligado ao político, como as leis, proibições, verdades e mentiras e capaz de causar temor em toda a sociedade, que é refém de seu próprio desejo.

Aqueles considerados detentores dos segredos possuem a função de transmitir aos demais as liberdades e proibições, como se o seu objetivo fosse garantir o bom aprendizado de seu aluno. Por um lado, a atual civilização desenvolveu procedimentos que ordenam a funcionalidade do poder, capaz de gerar saberes sobre a sexualidade humana, como a confissão que age sobre o vigiado,

por meio daquele outro indivíduo que se sente importante ao praticar uma vigilância constante sobre o outro.

O que eu quis dizer é que, para que haja um movimento de cima para baixo, é preciso que haja ao mesmo tempo uma capilaridade de baixo para cima. Tomemos um exemplo simples: as relações de poder de tipo feudal. Entre os servos, ligados à terra, e o senhor, que extraía deles uma renda, existia uma relação local, relativamente autônoma, quase um *tête à tête*. Para que esta relação se mantivesse, era necessário que houvesse, por detrás, uma certa piramidalização do sistema feudal. (FOUCAULT, 2010b, p. 250)

Foucault diz entender a confissão como um dos “procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito” (FOUCAULT, 2010b, p.264). A confissão, nos rituais de provação espiritual, nos testemunhos e até nos escritos científicos, teve que passar pelo crivo de estar programada para dizer a verdade. A confissão surtiu efeito na justiça, na pedagogia, na medicina, nas relações familiares, nas relações amorosas, enfim, no cotidiano de toda a população de uma cidade. Confessa-se tudo e a todos, como uma maneira de adequar os discursos à verdade estabelecida pela tradição religiosa. Logo, o pensador está mostrando como o ser humano tornou-se um ser confidente, cuja função incitadora busca disciplinar todos e, assim, mantém seu caráter dominador.

Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos. Assim, até a metade do século XVI, a Igreja controlou a sexualidade de maneira bastante frouxa: a obrigação do sacramento da confissão anual, com as confissões dos diferentes pecados, garantia que não se tivesse histórias imorais para contar ao padre. (FOUCAULT, 2010b, p. 250)

Desde a Idade Média, pelo menos nas sociedades ocidentais, a confissão funcionou como um dos rituais mais importantes para a produção da verdade e “certamente nunca se deixou de admitir que a produção da verdade acarrete efeitos sobre o sujeito, com todos os tipos de variações possíveis” (FOUCAULT, 2010b, p.

264). Ocorre um verdadeiro desenvolvimento das técnicas de confissão, cujo papel central é agir na ordem dos poderes civis e religiosos. Foucault completa:

Vou dizer a você como as coisas aconteceram. Houve muitas redações sucessivas. No começo, o sexo era um dado prévio e a sexualidade aparecia como uma espécie de formação ao mesmo tempo discursiva e institucional, articulando-se com o sexo, recobrando-o e mesmo o ocultando. Esta era a primeira linha de análise. (FOUCAULT, 2010b, p. 258)

Inicialmente, o sexo foi fácil de ser captado pela instituição religiosa mas, após sucessivas reconstituições da sexualidade, foi necessário maior atenção, a fim de compreender as mudanças, pois “o discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais, etc” (FOUCAULT, 2010b, p. 258).

[...] no fundo, será que o sexo, que parece ser uma instância dotada de leis, coações, a partir de que se definem tanto o sexo masculino quanto o feminino, não seria ao contrário algo que poderia ter sido produzido pelo dispositivo de sexualidade? (FOUCAULT, 2010b, p. 259)

A confissão tornou-se algo tão comum que não foi possível perceber os efeitos do poder repressivo. Foucault evidencia na própria história como a verdade é mantida pela força, demonstrando a violência a que estamos sujeitos. Ao mesmo tempo em que a confissão permite o relato de ações proibidas pelo pudor cristão, o poder reduz as pessoas ao silêncio instantaneamente, como um jogo de relações no qual se autorreconfiguram novos espaços e novas engrenagens a todo instante.

A confissão desencadeia o movimento de uma série de engrenagens de poder, pois quem se confessa a qualquer autoridade diz fazer aquilo que não pode e reconhece a conclusão do pecado, mostrando outro lado de um poder que busca instâncias que visam resistir aos ditados de outra estrutura de poder. Porém, quando uma autoridade se coloca em condições de nomear membros de uma determinada instituição, como os responsáveis pela avaliação de cada caso, e de decidir o julgamento, a punição e o processo de disciplina social, ela alimenta o desespero de

qualquer súdito de ir em busca do perdão, que será a única maneira capaz de garantir a reconciliação com os costumes de determinada sociedade no ocidente.

Foucault está mostrando como essa estrutura de poder se desenvolveu baseada nos aspectos da sexualidade de cada ser, captando o prazer humano e colocando-o como um saber primordial para a condução de toda a comunidade ocidental, que se rendeu aos ditames do confessor. Ao mesmo tempo em que essa estrutura transmite os segredos sobre a sexualidade, ela evidencia o aspecto da confiança, em que a proibição torna-se o segredo a ser mantido, cujo “campo de objetos são estes procedimentos de extorsão da verdade” (FOUCAULT, 2010b, p. 264).

Portanto, o discurso sobre a sexualidade humana permanece na prática da penitência, porém, as engrenagens de poder se recodificam e a partir do protestantismo e da Contrarreforma, cria-se uma nova pedagogia em que a prática da penitência perde o seu espaço e, pela primeira vez, a sociedade solicita ouvir a confiança dos prazeres individuais.

Esses procedimentos de confissão constituem múltiplas localizações, cuja extensão de domínio forma o grande arquivo do sexo. Por isso, foi ressaltado em capítulos anteriores a área de pesquisa do pensador das relações de poderes, pois tornou factível o encontro do registro dos prazeres e de toda a sua classificação, em uma sociedade disciplinada a andar nos trilhos em busca de uma verdade que não se alcança, tornando o caminho interminável, mas com um propósito.

Por meio dos arquivos, foi possível localizar a organização de instituições capazes de tornar os relatos em uma consulta clínica uma causa, ao invés de uma regra social. Se o dever de dizer tudo extrai, o poder de interrogar se utiliza desse princípio e passa a medicalizar os efeitos dos relatos ouvidos.

Foucault mostra o surgimento de técnicas que captam os discursos e age rapidamente, capaz de constituir essa imensa e tradicional extorsão da confissão sexual em um estatuto científico.

Tomemos um exemplo. A partir dos anos 1825-1830, vemos aparecer localmente, e de uma forma que é realmente loquaz, estratégias bem definidas para fixar os operários das primeiras

indústrias pesadas ao próprio local em que eles trabalham. Tratava-se de evitar a mobilidade do emprego. Em Mulhouse, ou no norte da França, elaboram-se assim técnicas variadas: pressiona-se para que as pessoas se casem, fornece-se alojamentos, constrói-se cidades operárias, pratica-se este sistema sutil do endividamento, de que Marx fala que consiste em exigir o pagamento do aluguel adiantado sendo que o salário só é pago no fim do mês. Existem também os sistemas de caixa econômica, de endividamento junto a merceiros ou vendedores de vinho que são agentes do patrão, etc. Pouco a pouco se forma em torno disto tudo um discurso, o da filantropia, o discurso da moralização da classe operária. (FOUCAULT, 2010b, p. 252)

Foucault mostra que ocorreu um ajuste no procedimento de confissão, capaz de construir as regras de um discurso científico. A confissão possui, como função principal, extorquir a verdade sobre o sexo. Essa tomada sobre o que é o sexo sugere o caminho espiritual, que conduzirá a alma para as práticas que buscam, por meio de uma razão predeterminada, intensificar no corpo uma pedagogia para adultos e crianças, na estrutura da família e na própria instituição médica e psiquiátrica, determinando os normais e os anormais.

A hipótese de um poder de repressão que a atual sociedade exerceria sobre o sexo revela-se insuficiente por motivos econômicos e uma vez que possui outras formas capazes de disciplinar toda a população. Pelo sexo, criaram-se discursos, mecanismos e dispositivos para alcançar a verdade e o saber legítimo e de uma economia de prazeres.

Essa investigação histórica responderá as questões acerca de tal mecânica de repressão programada a dizer não. Porém, Foucault ressalta que esses dispositivos de poder e de saber, de verdade e de prazeres, tão diferentes da repressão, não são mecanismos de segundo plano, uma vez que são incapazes de alcançar seu objetivo ou de buscar sua localização como parte fundamental do entendimento desse processo de condução dentro das malhas de poder, no qual as pessoas são conduzidas. Ainda nessa linha, é importante ressaltar o fato de que a única maneira de se sair desse processo, paradoxalmente, é se inserir nele. O ponto em questão será observar esses dispositivos, invertê-los e observá-los. Ao invés de partir de uma repressão naturalizada e aceita e de uma ignorância sobre o que se

supõe saber sobre os dispositivos, se faz necessário considerar esses mecanismos com positividade, na medida em que se evidenciam produtores de saber. Esse lado positivo também possui seu caráter fomentador e multiplicador de um discurso capaz de induzir os prazeres humanos.

Logo, tem-se como fatores relevantes e importantes na temática foucaultiana a apreensão dos prazeres humanos, toda a sua classificação e um olhar capaz de repensar cada minúcia sobre o prazer e de perceber a geração de relações de poderes que se constituem sobre toda a população.

Entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominância da loucura, da doença mental, da neurose. (FOUCAULT, 2010b, p. 244)

Logo, é necessário seguir esses dispositivos de poder em suas condições de surgimento, observar e apreender o seu funcionamento, para então procurar de que maneira se formam essas relações, cujos fatos se evidenciam por meio da interdição e da ocultação a que estão vinculados à sexualidade de cada ser. Enfim, trata-se de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber, no qual, no caso mais específico da sexualidade, é detalhado cada espaço sobre as questões de prazer, o que constituirá o que Foucault chama de uma economia política localizada por meio das relações de poder.

O pensador das relações analisa formas de subjetividade, captando os dispositivos em seus mais diferentes vieses e em sua constante transformação, no intuito de subjetivar os indivíduos, colocando os acontecimentos na história, dinamizando essas relações nas quais a confissão funciona como uma análise dos discursos e observando sempre pontos mais profundos e específicos nos vieses dominador, disciplinador e incitador dos prazeres.

3.4 – Genealogia: o nascimento da biopolítica da população

Foucault inicia seu último capítulo da **História da sexualidade I** dizendo que “por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte” (FOUCAULT, 2010a, p. 147). Em outras palavras, existe um poder capaz de cuidar do destino dos corpos individuais em uma estrutura de um corpo social complexo e que está imerso em uma estrutura econômica. Esse direito está ligado às condições do Estado soberano de se opor perante interesses contrários aos mecanismos de poder que se constituem a todo instante.

Foucault, ao mostrar essa dinâmica de poder em que o Estado diz quem vive e quem morre, mostra como o soberano exerce “seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar” (FOUCAULT, 2010a, p. 148). O pensador começa a evidenciar algum tipo de direito destinado a manter os privilégios de uns em detrimento de outros, em que formula-se um “direito de causar a morte ou de deixar viver” (FOUCAULT, 2010a, p. 148).

Foucault já antecipa uma complexa engrenagem de poder que se modifica a todo instante, possuindo formas variadas, mas com a finalidade de conduzir e não mais reprimir comportamentos indesejados. Esse poder irá ordenar, classificar e quantificar as escolhas pessoais de cada cidadão para gerir a vida.

Ora, a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O confisco tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos. (FOUCAULT, 2010a, p. 148)

Esse mecanismo de poder que o pensador mostra possui como novidade a função de gerir as relações humanas. Longe de pensar em uma repressão, o poder é aquele capaz de conduzir os acontecimentos, alcançando das esferas de

micropoderes o resultado de circunstâncias que escapam de qualquer controle individual.

Foucault começa a fazer sua genealogia da biopolítica dos corpos por meio da análise das relações de poder nas grandes guerras da humanidade e, ao refletir sobre os fatos, percebe a função de manter o direito de alguns em detrimento de outros. Se para uns será aplicado o direito como privilégio, para outros será aplicado o castigo, a morte como função mecânica de coordenar autonomamente as condições de poder existentes.

Nessa biopolítica da população, que incide sobre os fenômenos de vida e da morte, o poder tem como função administrar e gerir as condições de existência humana, mantendo a vida. O pensador observa uma certa intelecção do poder se reconstituindo a todo instante, com sua lógica de funcionamento ao recodificar a condição da existência humana e ao tornar a pena de morte uma aplicação não mais como regra geral, mas como exceção. Aqueles que serão excluídos ou mortos serão aqueles que representam um perigo biológico para os outros, não podendo sequer colocar em risco a espécie tipificada como normal.

Compreende-se desta maneira que o portador da soberania seja “absolvido do poder das leis”, isento de seguir as dos seus predecessores, e também não esteja “preso às leis e ordenações que edite”. Não haverá, pois, razão – tirada quer do direito natural, quer da objeção de consciência, quer do dogma religioso, etc., que autorize um cidadão a opor-se ao “que seu príncipe ordene” (exceto para salvar a própria vida, dirá Hobbes). (LEBRUN, 2009, p. 33)

Na citação acima, o autor mostra como o poder soberano se relaciona com seus súditos, que ocupam espaços determinados nas malhas de poder. Foucault completa essa linha de raciocínio ao colocar em evidência o poder soberano, que não causa a morte, mas mantém a vida, sendo este um poder que pode entregar a morte ao não garantir condições de vida. Logo, será na vida que o poder estabelece seus pontos de fixação por meio, por exemplo, da sexualidade humana. Quando um indivíduo praticava o suicídio, ocorria uma tentativa de usurpar o próprio poder soberano, que decidia quem vivia e quem morria, colocando em questão o direito

individual em choque com o poder estatal de morrer. A novidade em Foucault foi a percepção desse jogo nas relações de poder, pois o poder político passa não só a controlar toda a população, mas também a controlar aspectos mais individuais da vida, gerindo-a por inteiro, decidindo quem nasce e quem deixa de nascer.

Esse poder sobre a vida se desenvolve aos poucos, adestrando o corpo social, ampliando e extorquindo a força de toda a sociedade. Quando ocorre essa pedagogização da sociedade, surge uma pedagogia social que visa à docilidade dos indivíduos, que devem obedecer sem questionar, como uma maneira de aumentar sua utilidade política e econômica em um ciclo em constante reconfiguração. Foucault diz que “na sua integração de sistemas de controle eficazes e econômicos, todos esses elementos assegurados por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anatomopolítico do corpo humano” (FOUCAULT, 2010a, p. 151).

Aos poucos, ocorre uma regulamentação sobre a população com uma preocupação em controlar os níveis de mortalidade e natalidade, as condições de vida e todas as variações possíveis de condições básicas, como saúde e alimentação. A questão do tempo de vida começa a aparecer como fator principal de um poder soberano que não mais é quem tira a vida, mas é aquele que tem a responsabilidade de garanti-la, decidindo a longevidade por meio de processos intervencionistas capazes de controlar a economia de toda a sociedade. O interessante será perceber a intenção de um poder relacional que muda suas condições a todo instante ao garantir uma intensificação sobre a vida, como uma tecnologia de poder que atinge a questão anatômica da população e conseqüentemente o lado biológico, ao ter que garantir condições de saúde pública e de alimentação.

Os homens se acostumam muito rapidamente à obediência cívica – de modo que não se deve dizer, como fazem os teóricos do *Contrato*, que os homens estejam presos à obediência apenas por sua promessa. Isto pode haver acontecido, em eras remotas. Mas, rapidamente, o dever de obediência “enraizou-se por si próprio”. O poder não deve sua existência às nossas promessas; longe disso, é ele, reconhecido há tanto tempo como uma fatalidade, que nos força a cumpri-las. (LEBRUN, 2009, p. 24)

Lebrun também observa essa transição de poder descrita por Foucault, mostrando que o poder soberano se tornou responsável pela gestão de corpos, sejam de indivíduos ou de instituições, bem como por uma gestão meticulosa da vida. Essa gestão se evidencia por meio da ação de disciplinas sociais, de escolas, de casernas, de ateliês, de consultórios médicos, da polícia e de todos esses elementos com seu reflexo nas práticas políticas ao caracterizar os problemas de saúde pública, habitação, natalidade e longevidade como questões econômicas. Todo esse aparato tecnológico de poder seria um resultado de uma explosão de técnicas, cuja finalidade seria sujeitar os corpos e toda a população. Trata-se do que Foucault chama de a abertura da era do biopoder.

O que outrora foi perseguido ou penalizado – o divórcio, o aborto, a contracepção, a variedade, a mudança ou a mobilidade é hoje considerado como desprovido de importância, ou como simples objeto de uma administração particular: na medida em que é o Estado que produz e gere as culturas e as ‘artes de viver’, os indivíduos desaparecem sob as funções delegadas, que eles exercem, mas que outro poderia exercer em seu lugar. O aborto é autorizado, não como um ato livremente decidido por uma mulher, mas como uma atividade cujos móveis devem estar incluídos num certo número de casos enumerados em lei... Diminui o número e a intensidade dos interditos e tabus na exata medida em que a sua transgressão pode ser administrada pelos poderes públicos. (LEBRUN, 2009, p. 85)

Esse biopoder, segundo Foucault, foi sem dúvida “indispensável para o desenvolvimento do capitalismo” (FOUCAULT, 2010a, p. 153), pois houve um controle sobre os corpos no aparelho de produção que conduziu e adequou todos os fenômenos de uma população aos processos econômicos, formando uma junção entre aspectos biológicos, políticos e sociais. Assim, cresce o número de relações de poder em toda a sociedade, buscando uma maior utilidade nos aspectos sociais, visando a uma utilidade e, conseqüentemente, transformando e adequando comportamentos por meio de uma docilidade capaz de manter métodos a favor de um ciclo político-econômico. Foucault percebe uma ligação direta e indireta entre diversas instituições, como a instituição médica, a polícia, a igreja, a escola, o exército e a família, que se intercomunicam por meio de microrrelações de poder

capazes de gerar, em um nível mais complexo, os circuitos econômicos de interesses e dominações.

Com base nesses circuitos, o pensador francês mostra a constante disputa por um poder que, na verdade, não possui detentores e que, nessa ilusão ou sensação de domínio, fomenta processos de diferenciação social, criando escalas de forma indireta e colocando uma aparente ideia de níveis de privilégios extremos nas instituições ou até mesmo no acúmulo de bens, capazes de garantir espaços nessas malhas do poder. Não acontece por acaso a garantia de espaços nas relações entre dominantes e dominados ao ajustar a questão econômica às pessoas, detentoras de um capital que propicia condições para uma expansão de um ciclo produtivo capaz de garantir diferenças em uma escala econômica entre os donos e os empregados. Toda essa estruturação de repartição do lucro de um circuito econômico traz ao exercício do biopoder condições de denunciar todo o investimento sobre o corpo, valorizando uns em detrimento de outros ao distribuir alguns com mais influências do que outros, sejam essas influências políticas ou econômicas, caracterizando critérios de força.

Lebrun (2009) também mostra que essa estrutura entre poder político e poder econômico na determinação dos grandes espaços ocupados por qualquer cidadão é que poderá mostrar e evidenciar uma engrenagem de poder em constante modificação. Essa estrutura também aponta o fato de que olhar apenas o que é visível e que conduz a um princípio verdadeiro seria um passo apressado e antiquado na definição de processos em constantes reconfigurações. Sem dúvida, Lebrun (2009) afirma que não se pode negar que há dentro de um regime econômico a identificação de dominantes e dominados.

Por isso, Foucault insiste em fazer uma genealogia do poder, com a finalidade de colocar a vida dentro de uma ordem produtora de saber, mostrando um poder relacional que se comunica com aspectos biológicos e políticos na formação de um corpo social, garantindo um novo estudo sobre a história ao olhar e pressionar as verdades até então garantidas.

Foucault está colocando o aspecto biológico em constante relação com o político. Os fenômenos da vida são conduzidos por procedimentos de poder,

constituindo sempre novos saberes sobre a vida, uma vez que há apenas saberes determinados, fora de rupturas e imperfeições do tempo. O pensador mostra que, na época das revoltas camponesas, peste negra e fome, o ser humano começa a observar qual seria sua própria constituição e como seus aspectos biológicos refletiriam no biológico. Logo, se em época de crise a morte era tema central, agora, com o desenvolvimento das instituições e com a organização político-biológica da vida, a morte não mais será um problema a ser superado. Com novas técnicas agrícolas a o problema da fome se supera, com avanços medicinais, a peste se cura e com uma reorganização política, a revolta perde seu sentido e assim mantém-se a vida. O acaso da morte, sua fatalidade, cai em parte no campo do controle do saber e da intervenção do poder. Captar o poder relacional por meio da vida e não mais por meio de apenas um poder só mostra condições de se observar um complexo corpo social.

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana (FOUCAULT, 2010a, p. 155).

O pensador francês desmorona aquela ideia de um poder de cima para baixo, preconizado por uma moral do senhor e do escravo, e passa a constituir uma nova teoria ao questionar a definição de um poder apenas pelo seu mando. Foucault analisa nos arquivos históricos outros recursos que mostram estratégias, possuídas pelo poder político, para se projetar em nossa sociedade. Se “o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 2010a, p. 156).

A política é o novo poder, e as relações existentes entre os micropoderes formam uma estrutura complexa de um corpo biológico que, por sua vez, forma um social com seus fenômenos biopsicossociais.

Essa transformação teve consequências consideráveis. Não é necessário insistir aqui sobre a ruptura que se produziu, então, no regime do discurso científico, e sobre a maneira pela qual a dupla problemática da vida e do homem veio atravessar e redistribuir a ordem da *epistemê* clássica. A razão por que a questão do homem foi colocada – em sua especificidade de ser vivo e em relação aos outros seres vivos – deve ser buscada no novo modo de relação entre a história e a vida: nesta posição dupla da vida, que situa fora da história como suas imediações biológicas e, ao mesmo tempo, dentro da historicidade humana, infiltrada por suas técnicas de saber e poder. Não é necessário insistir, também, sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência. (FOUCAULT, 2010a, p. 156)

Com o desenvolvimento da biopolítica, o sistema jurídico se torna uma manobra de enriquecimento do controle sobre os gestos e atitudes de um povo, por meio de uma norma jurídico estatal com sanção, cuja principal arma contra o rompimento de acordos será a morte. Logo, o poder cria novos mecanismos de controle que devem ser contínuos para atender às constantes reconfigurações das relações de poder existentes para regular e controlar a vida, protegendo os seres, mas com condições de poder tirá-la. A morte serve como suporte à relação entre Estado-cidadão, uma vez que esta relação distribui o direito à vida, desde que os cidadãos sejam adeptos aos valores políticos de seu estado como condição para de manter-se vivo. O poder deixa de mostrar seu lado repressivo e evidencia-se relacional, criando, medindo e qualificando micropoderes na estrutura de um corpo social denso de difícil compreensão. Esses detalhes sobre o poder de um Estado são bem detalhados por Lebrun (2009) a seguir:

Após ter assim tomado em suas mãos poderosas cada indivíduo e após ter-lhes dado à forma que bem quis, o soberano estende os braços sobre toda a sociedade; cobre-lhe a superfície com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas não conseguiriam aparecer para sobressair na massa; não dobra as vontades, amolece-as, inclina-as e as dirige; raramente força a agir, mas opõe-se frequentemente à ação; não destrói, impede o nascimento; não tiraniza, atrapalha, comprime, enerva, arrefece, embota, reduz, enfim, cada nação a nada mais ser que uma manada

de animais tímidos e industriais, cujo pastor é o governo. (LEBRUN, 2009, p. 93)

Na citação acima, existe já o detalhamento de um enorme aparelho de poder que se relaciona com indivíduos e instituições, formando um denso corpo social. O governo passa a integrar e a regular essas relações, de modo que ele próprio tenha que se reconstituir a todo instante com sua função reguladora de mudanças de posições nas malhas do poder.

Logo, Foucault vai fundamentando sua ideia de sociedade normalizadora como um resultado de uma tecnologia de poder que se centrou na vida. Não foi por acaso que as constituições dos estados se tornaram formas aceitáveis de um poder essencialmente normalizador. Lebrun diz que:

O próprio Foucault nos parece sugerir este erro. Quando evoca os “direitos incompreensíveis para o sistema jurídico clássico” (“direito” à vida, à felicidade, ao corpo, à saúde, à satisfação das necessidades...), apresenta-os como reivindicações opostas pelos oprimidos aos “novos “Procedimentos do poder” (*Volonté de Savoir*, p. 191). Mas o que a história nos ensina é que estes direitos só podem ser satisfeitos à custa de um *crescimento do poder estatal*. (LEBRUN, 2009, p. 92)

Então, é necessário observar como o poder estatal age de forma explícita frente às funções aparentemente secundárias de um complexo de poderes espalhados em engrenagens formadas pelas instituições.

Foi à vida, muito mais que o direito, que se tornou objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se poder ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania. (FOUCAULT, 2010a, p. 158)

Foucault mostra a importância sobre o papel do direito como norma capaz de garantir posições em uma estrutura social e apoia-se na sexualidade humana,

que se torna uma disputa política. Se por um lado o sexo encontra um espaço de disputa na disciplina do corpo dos indivíduos, este se ramifica, ganhando outro espaço ao regular as populações, criando uma nova tecnologia política da vida, com seus micropoderes que se manifestam por meio do corpo. O sexo serve como suporte às disciplinas e garante condições para uma posterior regulação da própria vida e da população. Como? Por meio da aplicação de um sistema de liberação e controle sobre as permissões sobre a sexualidade humana, sendo que esta permite alcançar qualquer espaço no corpo social.

Essas disciplinas, resultados de emergências de um corpo político, se desenvolveram por meio do sexo ao compor procedimentos de regulação de condutas humanas. Os primeiros a sofrerem os efeitos de técnicas disciplinares foram as crianças, que sofrem uma intervenção em casa ao terem que se adequar às funções de uma família e mais tarde repeti-las, mantendo a ideia de um símbolo familiar tipicamente cristão. Posteriormente, os consultórios médicos ditam as normalidades aceitáveis de uma criança na sociedade e, finalmente, a instituição religiosa permanece do início da vida da criança à sua corrupção, tentando manter fixas as estruturas de poder, no intuito de obter disciplina. “De um modo geral, na junção entre o corpo e a população, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 2010a, p. 160).

Assim, tem-se uma sociedade em que o sexo tem os mecanismos de poder que se dirigem aos corpos, à vida, e à sua capacidade de dominar e ser dominado como ferramenta de utilidade política e econômica. Se antes se observava a questão da soberania de um Estado pelo sangue de um soberano, neste momento o que Foucault começa a questionar será a sexualidade, fazendo sua análise por meio da norma, dos saberes, das disciplinas e das regulamentações, além dos espaços da vida até então deixados de lado e considerados outrora insignificantes.

O poder moderno não é mais, essencialmente, uma instância repressiva e transcendente (o rei acima dos seus súditos, o Estado superior ao indivíduo), mas uma instância de controle, que envolve o *indivíduo mais do que o domina abertamente*. Podem diminuir as

proibições, abolir-se a pena de morte, abrandar-se o regime das prisões, etc..., porém o sistema disciplinar, a que nos vemos submetidos até em nossa vida privada, cresce, discreta, mas continuamente. (LEBRUN, 2009, p. 85)

Lebrun, já atento às possibilidades conceituais sobre o que seria o poder, uma expansão que não se limitaria às ideias já preconcebidas, mostra que Foucault foi bem-sucedido ao desvendar um poder menos repressivo e muito mais disciplinador. O pensador francês traça essa mudança de sucessão pelo sangue para uma gestão aparentemente coercitiva do sexo, disciplinando o que a sucessão dos reis não mais possui condições de manter, que são os privilégios pelo sangue. “O Estado moderno é menos abertamente *dominador*, e mais *manipulador*; preocupa-se menos em reprimir a desobediência do que em preveni-la. É feito menos para punir do que para disciplinar” (LEBRUN, 2009, p. 85).

Nesse espaço de mudança do sangue para o sexo, encontra-se o que Foucault chamou, ao consultar os documentos históricos, de racismos de Estado e suas implicações com diversas questões como casamentos, família, locais de povoamento e toda educação voltada a atender os privilégios oriundos do sangue, tais como a propriedade e posições nos espaços das estruturas de poder. Olhando os documentos históricos, percebe-se a temática do sangue. Por um lado, constata-se uma urgência de fomentar a reprodução e intensificação dos micropoderes, estatizando-os a fim de manter os privilégios de um sangue considerado superior. “E a história quis que a política hitleriana do sexo tenha-se tornado uma prática irrisória, enquanto o mito do sangue transformava no maior massacre de que os homens, por enquanto, tenham lembrança” (FOUCAULT, 2010a, p. 163).

Logo, o direito de morte e o poder sobre a vida significam processos que passam pelo corpo social, pelas instituições e pelo corpo de cada indivíduo, inclusive das mulheres e das crianças, constituindo as relações familiares e uma rede de poderes que foram sexualizadas. O Estado se vale como um organismo destinado a criar pessoas submissas com hábitos alinháveis com o conjunto de um corpo social. Lebrun completa:

Bem sei que estas análises são mais convincentes para um europeu do que para um sul-americano, o qual não tem tantas razões para considerar o Estado essencialmente repressivo como coisa do passado. Contudo, sejam quais forem as diferenças devidas às situações históricas e econômicas, não se pode negar a universalidade do fenômeno analisado – é verdade que sob ângulos muito diversos – por Hegel, Durkheim, Foucault... Excetuando-se os casos extremos, o poder estatal não pode ser definido como uma máquina monstruosa que, cinicamente, esmigalha os indivíduos: acima de tudo é uma máquina que *produz os indivíduos* e, dando-lhes “bons hábitos”, institui ou tende cada vez mais a *instituir o social*. (LEBRUN, 2009, p. 86)

A questão de fundo mostra de que modo se articulam dispositivos de poder diretamente no corpo, em funções e em processos fisiológicos de sensações e prazeres. Longe de anular o corpo individual, será nele que Foucault aplicará o seu olhar, fazendo uma análise que toma como ponto de observação constante a vida e o reflexo em seu próprio corpo. Deve-se atentar, portanto, não a uma história das mentalidades, portanto, que só leve em conta os corpos pela maneira como foram percebidos ou receberam sentido e valor, mas à história dos corpos e à maneira como se investe sobre o que neles há de mais material e de mais vivo.

Enfim, na socialização das condutas procriadoras, o sexo é descrito como estando preso entre uma lei da realidade e uma economia de prazer que sempre tenta conformá-la, quando não a desconhece. É possível ver o dispositivo de sexualidade que instaura a ideia de sexo, em suas diferentes estratégias. E assim formou-se, pouco a pouco, a armação de uma teoria geral do sexo.

Essa teoria engendradora exerceu certo número de funções importantes: a primeira, a noção de sexo, que permitiu a representação das relações entre o poder e a sexualidade. O sexo é o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior em um dispositivo de sexualidade no qual o poder se organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, de suas energias, de suas sensações e de seus prazeres.

O sexo, portanto, exerce uma função mais prática que teórica, tornando difícil sua compreensão por tratar-se de um “elemento imaginário que é o sexo” (FOUCAULT, 2010a, p. 171).

O sexo se encontra na dependência histórica da sexualidade. Quando se diz sim ao sexo, não se diz não ao poder, mas se mostra o movimento contrário ao imposto e uma reconstituição de um imenso complexo de poder. Se, por uma inversão tática dos diversos mecanismos de sexualidade, quisermos opor os corpos, os prazeres e os saberes, em sua multiplicidade e em sua possibilidade de resistência às capacitações do poder, será com relação à instância do sexo que deveremos liberar-nos. Contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres.

No fundo, se compreenderá que o desenvolvimento de imensos aparelhos de produção e de destruição sejam produtos do sexo e que agora, após muito tempo, esses aparelhos conseguiram se libertar de toda a economia burguesa, que colocava o sexo como algo obscuro. Porém, Foucault diz que a “ironia deste dispositivo: é preciso acreditarmos que nisso está nossa liberação” (FOUCAULT, 2010a, p. 174). Em outras palavras, embora, dentro de um poder disciplinar destinado a manter as relações de poder constantes, remodelando e recodificando a ordem desses micropoderes, a única maneira de se movimentar é recolocando-se em novos espaços dentro dessa própria estrutura da população, cujos indivíduos se constituem a todo instante, traçando novos espaços a serem ocupados e eliminando outros na sequência, atendendo às emergências necessitadas de novas constituições estratégicas que forneçam condições de manter as malhas de poder. Há uma sujeição do indivíduo e da população por meio de uma identidade sexual planejada e ordenada.

CONCLUSÃO

Foi desenvolvido ao longo dessa dissertação uma análise da filosofia foucaultiana com ênfase em sua genealogia das relações de poder. Essa análise permite concluir que, quando se classifica qualquer tipo de conhecimento como uma verdade preestabelecida, corre-se o risco de cair no ciclo interminável de busca por uma origem que se perde no tempo. Já que a genealogia de Foucault se debruça sobre os documentos históricos em sua imanência e proporciona um olhar mais crítico ao denunciar os interesses em jogo nos processos históricos, rompe-se com qualquer finalidade que se atribua à história, permitindo uma nova reflexão sobre os acontecimentos da humanidade.

Começando pelo desenvolvimento dessa genealogia, pode-se afirmar que o pensador foi capaz de evidenciar as malhas de poder que permeiam os acontecimentos, nos quais indivíduos e instituições se constituem por meio de um conjunto de microrrelações de poder que se intensificam a cada dia na atual sociedade do biopoder.

O poder passa de um simples conceito político a um conceito amplo, capaz de compor a existência da vida de um ser, bem como a de instituições cuja relação se dá entre o exercício de poder e as partes envolvidas, que se constituem em aspectos biológicos, políticos e psicológicos, formando a biopolítica.

Foucault faz reviver os saberes que, longe de ser contra qualquer ciência ou conhecimento preestabelecido, busca ser um obstáculo à manutenção de privilégios, rompendo a definição empobrecida de poder e aumentando seu referencial teórico, mostrando como o poder produz sujeitos, suscita estes a tomarem suas posições e alcançarem qualquer ponto na sociedade, mostrando-se um mecanismo que circula em nossa sociedade.

Se antes a tática de muitos pensadores era denunciar o poder, o pensador francês busca entendê-lo, formando um conhecimento capaz de emergir das rupturas que foram apagadas pelos historiadores. Compreender esse poder foi o meio empregado por esta dissertação para se chegar a uma nova classificação do

poder e da análise da atual sociedade, não mais engendrada pela tradição histórica e até filosófica.

Quando o pensador começa a observar as instituições, surge a possibilidade de criar-se um modo de viver que se aproximasse da arte. Para isso, Foucault mostra que é possível encontrar nos documentos históricos as emergências capazes de mostrar como se governou e ainda se governa, gerindo e articulando toda a sociedade disciplinada. Se antes havia uma disciplina capaz de colocar todos no caminho a ser percorrido, agora há um controle, ou seja, uma segurança, destinado a alcançar toda a população, que é refém de mecanismos de poder.

Grandes instituições como a escola, o consultório médico, os manicômios e a instituição religiosa se autoimplodiram, causando um desmoronamento de suas estruturas, resultado de processos históricos de luta e de desenvolvimento humano. As tecnologias de poder se rearticulam, criando mecanismos capazes de governar tudo e todos e criam-se espaços de normalidade e anormalidade. Aqueles considerados anormais, antes excluídos, passam a ser objeto controle, para serem colocados dentro dos sistemas de utilidades, tornando-os indivíduos dóceis. Assim, se organiza uma nova forma de poder, que busca redefinir o papel do governo na administração de toda a população.

Esse é o motivo pelo qual se começa a pensar na questão da segurança, olhando não mais para um indivíduo, mas para toda a população e para seu território. A construção da ideia de corpo do indivíduo e corpo social passa por um território que não mais deve ser controlado, mas gerido. As gestões desse corpo complexo, da sociedade como um todo e de suas instituições foram esmiuçados ao máximo por Foucault, trazendo à tona novas formas de se compreender as relações humanas.

Por isso, não se pode eliminar qualquer sujeito das relações de poder, pois toda essa imensa engrenagem social é composta por todos, até por aqueles aparentemente desprivilegiados. Qualquer ponto nessa engrenagem possui uma ligação com outra engrenagem, causando efeitos de ação e reação.

Diante desses argumentos, é possível afirmar que a filosofia do poder de Foucault pode ser interpretada, também, como um método destinado a desafiar

qualquer ordem estabelecida, colocando em debate pontos garantidos pela tradição e denunciando a arbitrariedade da constituição de qualquer verdade.

Essa trajetória conceitual de Foucault conduz à observação mais atenta dos acontecimentos humanos e essa urgente busca por segurança e pela descoberta dos elementos envolvidos nessa constituição de cidade, com seus fenômenos biológicos, políticos e econômicos. O pensador chega ao território como local em que as engrenagens de poder se encontram, desde elementos naturais como nosso ecossistema até elementos novos como as cidades, com seus fenômenos políticos.

Após essa minúcia da genealogia do poder, tem-se condições de pensar sobre um elemento presente em todas as sociedades modernas: a delinquência. Daí a necessidade de se fazer uma análise genealógica dos elementos constituintes de nosso sistema político-econômico.

Foucault, ao costurar esses elementos de poder, decifra-os da própria existência, formando uma genealogia capaz de mostrar como o controle do corpo, por meio da sexualidade, se articula, gerindo o controle de identidade dos sujeitos. Essa identidade se ligaria a questões econômicas, pois todos devem aderir ao sistema de produção e geração de riquezas, formando um grande ciclo econômico com suas implicações no modo de vida. Logo, essa temática se constitui na biopolítica, capaz de utilizar essa população na geração de “riquezas, bens, para produzir outros indivíduos” (CASTRO, 2009, p. 59). Assim, o conceito de biopoder emerge, no qual o Estado passa a ser o ente responsável por manter a política da vida, que passa também a gerir a morte.

Essa genealogia do poder em Michel Foucault mostra uma nova forma de pensar o mundo, se coloca à frente ao captar problemas modernos como a vida e a morte e traz um debate filosófico atual, preocupado com questões econômicas e com seus fenômenos interligados, como a delinquência, a polícia, a educação, a cadeia, a justiça e até a saúde pública. Esse brilhante pensador, ao trazer o discurso filosófico para a atualidade, dá vida, brilho e luz a uma das armas mais importantes da humanidade, ou seja, à filosofia, ao tirar todos nós da escuridão de um mundo ainda em construção.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. São Paulo: Autêntica, 2009.

DELEUZE, G. Desejo e prazer. **Cadernos de Subjetividade**: Núcleo de Estudos e Pesquisa da Subjetividade, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 197-200, 1993.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2012b.

FOUCAULT, M. **Arqueologia das Ciências e Histórias do Sistemas de Pensamento**. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. (Coleção Ditos & Escritos, v. II).

FOUCAULT, M. **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. (Coleção Ditos & Escritos, v. VII).

FOUCAULT, M. As malhas do poder. In: MOTTA, M. B. **Segurança, Penalidade e Prisão**. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c, p. 168-188. (Coleção Ditos & Escritos, v. VIII).

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Còllege de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Estética**: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Coleção Ditos & Escritos, v. III).

FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder-Saber**. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012d. (Coleção Ditos & Escritos, v. IV).

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012e. (Coleção Ditos & Escritos, v. V).

FOUCAULT, M. **Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Coleção Ditos & Escritos, v. IX).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2010b.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia, a história, 1971. In: MOTTA, M. B. **Arqueologia das Ciências e Histórias do Sistemas de Pensamento**. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c, p. 260-281. (Coleção Ditos & Escritos, v. II).

FOUCAULT, M. Nietzsche, Freud, Marx, 1967. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução Elisa Monteiro Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d, p. 40-55. (Coleção Ditos & Escritos, v. II).

FOUCAULT, M. **Problematização do Sujeito**: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. (Coleção Ditos & Escritos, v. I).

FOUCAULT, M. **Repensar a política**. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. (Coleção Ditos & Escritos, v. VI).

FOUCAULT, M. Retornar à história, 1972. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008e, p. 282-295. (Coleção Ditos & Escritos, v. II).

FOUCAULT, M. **Segurança, Penalidade e Prisão**. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012f. (Coleção Ditos & Escritos, v. VIII).

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao círculo de epistemologia, 1968. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008f, p.78-81. (Coleção Ditos & Escritos, v. II).

FOUCAULT, M. *Theatrum philosophicum*, 1970. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008g. p. 230-254. (Coleção Ditos & Escritos, v. II).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2006.

LEBRUN, G. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MACHADO, R. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2010.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REVEL, J. **Dicionário Foucault**. Tradução de Anderson Alexander da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ROUSSEAU, J. **O contrato social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores, v. XXIV).

VEYNE, P. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.